

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Comunicações e Artes

Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação

Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos

APARECIDA ROSA DE SOUZA TARÁBOLA

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
– UMA FORMA DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA:
QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA**

**São Paulo
2008**

APARECIDA ROSA DE SOUZA TARÁBOLA

**ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
– UMA FORMA DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA: QUILOMBO DE
IVAPORUNDUVA**

Monografia apresentada ao curso de pós-graduação *lato sensu* Gestão de projetos culturais e organização de eventos do Centro de Estudos Latino americanos sobre cultura e comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Especialista em Gestão de projetos culturais e organização de eventos.

Orientadora:
Ms. **Fabiana Felix do Amaral e Silva**

**São Paulo
2008**

À minha família.

Aos quilombolas de Ivaporunduva.

Aos meus irmãos de cor.

AGRADECIMENTOS

A *DEUS* que proporcionou a alegria de sonhar e condições de realizar.

Aos meus pais pelo conhecimento transmitido da “escola da vida”.

Ao Reinaldo, Diego e Felipe, pelo incentivo nos momentos mais difíceis e pelas muitas “leituras” que fizemos juntos.

À coordenação do Celacc pelo apoio financeiro.

À orientadora Fabiana Felix do Amaral e Silva, por ter acreditado que daria certo e pelos “nós” que nos ajudou a desfazer e pelos “laços” tão bem amarrados.

A todos os professores do Cellac, pela oportunidade de vislumbrar novos conhecimentos.

Aos quilombolas de Ivaporunduva, especialmente ao Olavo Pedroso, pelas conversas.

Aos colegas de curso, pela convivência.

A todos que acreditam que não há limites para realizarmos nossos sonhos.

Pena

Zangado

*acreditas no insulto
e chamas-me negro.*

Mas não me chames negro.

Assim não te odeio.

*Porque se me chamas negro
encolho os meus elásticos ombros
e com pena de ti sorrio.*

(Zé Craveirinha)

RESUMO

Este trabalho procura mostrar que apesar do sofrimento e das dificuldades, os remanescentes de quilombos não desistem da luta pela posse da terra; enfrentando conflitos e preconceitos, readaptam sua cultura; se posicionam frente às questões sócio-econômicas; unindo forças num mecanismo de solidariedade e cooperativismo para combater a imposição de instituições capitalistas, num processo contínuo de afirmação de sua identidade. O foco deste trabalho é o Quilombo de Ivaporunduva – fonte de importantes informações sobre as peculiaridades do cotidiano de um quilombo e suas estratégias para fortalecer sua história.

Palavras Chave: Identidade cultural; raça e etnia; quilombo de Ivaporunduva.

ABSTRACT

This work shows that suffering and hardness, the remainders of quilombos don't give up to fight for the land possession; having to face conflicts and prejudices, they adapt again your culture; place themselves to the front of social-economic factors; joining power in the mechanism of solidarity and in the system based on cooperatives to oppose the imposition of capitalism institutions, in the continuous process of identity affirmation. The center of attention to this work is Quilombo of Ivaporunduva - source of essential informations about the peculiarities of day by day on quilombo and your strategy to strengthen your history.

Keywords: Cultural identity; race and ethnicity; quilombo Ivaporunduva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. QUILOMBOS – UMA QUESTÃO DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA	15
2. IDENTIDADE CULTURAL	20
3. TERRA - RELAÇÃO DE CONFLITOS E PERTENCIMENTO	29
4. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA MODERNIDADE	47
5. O QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA	51
5. 1. Origem, desenvolvimento e cultura	51
5.2. Produtos e ações que fortalecem a cultura e o meio-ambiente	60
5.2.1. Banana orgânica – o fruto sustentável	60
5.2.2. O turismo e a utilização de recursos	63
5.2.3. Hospedagem	69
5.2.4. Artesanato, identidade e simbologia	71
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	77
BIBLIOGRAFIA	81
ANEXOS	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista de um trecho do Rio Ribeira de Iguape.	32
Figura 2 - A dança do caxambu.	41
Figura 3 - Quilombo São José, em Valença - RJ.	43
Figura 4 - a igreja da comunidade – do outro lado da margem do rio.	52
Figura 5 - Acesso ao Quilombo – atravessando de barco o Rio Iguape.	54
Figura 6 – Mapa do Vale do Ribeira – São Paulo e Paraná.	55
Figura 7 - A Igreja - local de reuniões da comunidade.	56
Figura 8 - Selo de certificação do Instituto Biodinâmico de Botucatu.	61
Figura 9 - Trilha ecológica – parte do roteiro turístico da comunidade.	65
Figura 10 - Recepção da Pousada de Ivaporunduva.	71
Figura 11 - Artesãos quilombolas.	74
Figura 12 – O logotipo da comunidade.	76

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS – UMA FORMA DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA: QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA

Introdução

Os descendentes de escravos vêm surgir a possibilidade de reaver o que já lhes pertencia de “fato”, porém, não de “direito”: a posse da terra. Somando a isso o fator da afirmação étnica, emerge, intrinsecamente, do sentimento de pertença, de resistência e, sobretudo, do ressurgimento da dignidade e do direito de exercer a cidadania.

O texto do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988 não foi suficientemente claro ao definir o termo “remanescentes”. Encontra-se no referido artigo: “(…) *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos*”.¹

Como identificar *quem são* os remanescentes de quilombos? Quais os fundamentos necessários para reconhecê-los? O Decreto 4.887 de novembro de 2003 ao regulamentar “*o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*”², esclarece que os grupos étnico-raciais seguirão critérios de auto-definição, por meio de trajetória histórica própria; relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Após a divulgação da Constituição em 1988, e do Decreto de 2003, surgiram no cenário brasileiro, acirrados debates políticos entre

¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20/04/2008.

² **DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 20/04/2008.

movimentos negros e outras instituições, permanecendo a discussão sobre a dificuldade em reconhecer, identificar o negro remanescente de comunidades quilombola.

A proposta desta pesquisa se deteve em verificar as estratégias dos moradores remanescentes de quilombos em relação à divulgação de suas culturas, utilizando a tradição como elemento de atração turística, agregada à possibilidade de melhoria financeira. Muitas comunidades enfrentam o espectro da exclusão social; os conflitos inerentes ao capitalismo e às intervenções externas em seu meio. Nesse contexto, procurou-se mostrar como essa comunidade – uma das mais antigas e a primeira comunidade remanescente de quilombos, em São Paulo, a receber o título de posse da terra – viabilizou ações que valorizam sua cultura e atraem turistas (com os quais a comunidade como um todo, estabelece relações - a serem explicitadas ao longo deste trabalho - que possibilitam a interação desses visitantes com o cotidiano dos moradores).

Conforme alertam Laraia³ e Santos,⁴ é preciso evidenciar a existência de diferentes conceitos para “cultura”, possivelmente entendida como acúmulo de conhecimento; aquilo que resulta do trabalho humano (em contraposição à noção de “natureza”); ou, ainda, em um sentido mais contemporâneo, próximo à definição cunhada por Geertz⁵, esta noção pode ser entendida como uma determinada estrutura de sentidos, que um determinado grupo de pessoas utilizaria para significar suas experiências. Nas palavras deste antropólogo: *“A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem”*. Ao pretender acessar as interpretações que outras pessoas fazem da sua própria vida (em um exercício de alteridade) muitas vezes acaba-se entrando em um jogo, no qual máscaras e espelhos se intercalam e inter cruzam. Constantemente, nesta pesquisa, surge a pergunta: quais as razões que me levaram até Ivaporanduva, buscando uma forma de cultura, de manifestações específicas, em um cotidiano diferente do meu? Há

³ LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁴ SANTOS, J.L. *O que é cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

⁵ GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. São Paulo: Ed LTC, 1989, p.212.

algo na minha/nossa cultura (ou na posição que ocupo nela) que tenha me levado a conceber os quilombolas como agentes de determinada estrutura?

A comunidade estudada revela por meio de palestras proferidas aos visitantes como seus antepassados chegaram àquela região da Mata Atlântica; como resistiram, permanecendo isolados do restante da população que vivia do outro lado do rio; como se organizaram coletivamente e como atuam para firmar sua posição, pelas participações em movimentos sociais (como MAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens no Vale do Ribeira e associações e EAACONE - Equipe de Assessoria e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira).

A pesquisa buscou conhecer os hábitos tradicionais do quilombo; quais são suas origens culturais africanas; quais práticas culturais resistiram; como enfrentam os conflitos que o capitalismo “tenta” instalar nas novas gerações; qual a influência da mídia nos hábitos e costumes; como reagem ao poder de empresários que propõem a construção de hidrelétricas em um rio que ainda corre livre pelo Vale do Ribeira.

As questões de preservação da identidade étnica e a luta pela comprovação de posse e certificação de terra foram abordadas nesta pesquisa, bem como a questão do planejamento e desenvolvimento do turismo, em seus componentes emancipador e predador.

A melhoria financeira - aliada à valorização de sua cultura – tem papel ativo no despertar do interesse dos jovens em permanecer em suas comunidades, continuar os estudos auxiliando os mais velhos (por terem se apropriado dos benefícios que as inovações tecnológicas propiciam - como a *internet* que já existe nessa comunidade) e preservando seu meio-ambiente (no trato com a terra, com a natureza; com seu modo de viver, distinto de outras comunidades quilombolas).

No primeiro capítulo deste trabalho: Quilombos – Uma questão de afirmação étnica – aborda-se a questão dos quilombos, entendidos como território de escravos fugitivos. Apresentam-se os vários conceitos sobre o tema e situa-se, neste contexto, o quilombo alvo da pesquisa – Ivaporunduva.

No segundo capítulo: Identidade cultural - ao resgatar a história de conceitos como “raça” e “etnia”, apontam-se as dificuldades de definição da noção de “identidade”, sobretudo quando são considerados os aspectos peculiares da mestiçagem – negros, brancos, índios, etc. – constituintes da especificidade brasileira; discute-se também o racismo explícito e “disfarçado” em nossa sociedade e a busca por manifestações culturais nos quilombos.

No terceiro capítulo: Terra – relações de conflitos e pertencimento, o enfoque é dado à problemática da posse da terra; como os quilombolas são reconhecidos e suas terras certificadas (no Estado de São Paulo); os conflitos que ocorrem entre as camadas “poderosas” mascaradas de “benfeitores” e as subalternas; o papel que órgãos governamentais, não governamentais e privados desempenham nesse processo e o significado da terra enquanto símbolo de afirmação da identidade quilombola.

O quarto capítulo: Estratégias de resistência no enfrentamento da modernidade - trata o turismo enquanto uma das ações estratégicas para divulgação da cultura afro-brasileira; dos costumes que sobreviveram à escravidão, mesmo que modificados por fatores internos e externos; das vantagens e desvantagens que a atividade turística acarreta às comunidades; as implicações no cotidiano dos quilombolas; o impacto ambiental em áreas de preservação; a sustentabilidade do meio como um todo; a tecnologia como ferramenta de comunicação e instrumento de influência no consumo, assim como meio facilitador de aprendizagem, divulgação da história e comercialização da produção desta comunidade estudada.

Finalmente, no quinto capítulo: O quilombo de Ivaporunduva - apresenta-se a comunidade quilombola de mesmo nome; sua história, seu território; o seu capital mais importante economicamente – a banana orgânica; seu modo de viver, preservando outro bem muito importante – o meio ambiente; a solidariedade praticada entre os moradores do quilombo; como é desenvolvida a atividade turística, na modalidade étnico-cultural; os equipamentos disponíveis que essa atividade requer – como hospedagem e qualificação das pessoas para esse ramo; o roteiro elaborado para os visitantes; a herança de seus ancestrais preservada em meio à mata; o

artesanato confeccionado com a palha da banana; o símbolo da sua identidade e o envolvimento dos mais jovens nas questões cotidianas da comunidade.

1. QUILOMBOS - UMA QUESTÃO DE AFIRMAÇÃO ÉTNICA

A escravidão já existia em épocas e civilizações distantes; os negros africanos já eram capturados e levados como escravos para a Europa em período anterior à “descoberta” do Brasil pelos portugueses. Não se sabe ao certo, mas estima-se que cerca de quatro milhões de negros foram “trazidos” da África para o Brasil; vieram suprir a mão-de-obra nas lavouras de açúcar e café, no período do Brasil-Colônia.

Em uma tentativa de resgatar sua liberdade, sua dignidade, os escravos fugiam e escondiam-se nas matas; o mais distante possível das fazendas, das vilas. Surgindo, então, os quilombos, em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo e em outros lugares onde o trabalho escravo se consolidava.

Sobre o tema, verificou-se a existência de extensa literatura, bem como a variedade de conceituação do termo “quilombo”. Destacam-se, neste trabalho, alguns autores, como Munanga⁶, que localiza a origem da palavra quilombo (o “aportuguesamento” de “kilombo”) como sendo *bantu*.

Munanga ao se referir aos quilombos do Brasil, considera-os:

(...) cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata (...) organizaram-se para fugir (...) e ocuparam territórios brasileiros não povoados, geralmente de difícil acesso (...) abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos) prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar.⁷

Reis & Gomes ao reunirem na obra *Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil*, vários autores que estudaram o tema, em várias regiões do país, mencionam que apesar do uso comum dos mesmos documentos e fatos da época, esses estudiosos produziram interpretações divergentes; vale destacar uma dessas definições:

⁶ MUNANGA, K. *POVO NEGRO. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP*. SP. (28). Dez./95, jan/96, p.58.

⁷ *Ibidem*, p.63

Os quilombolas brasileiros ocuparam sertões, florestas; cercaram e penetraram em cidades, vilas, garimpos, engenhos e fazendas; foram atacados (...) por grupos escravistas, aos quais também atacaram e usaram em causa própria; fugiram da escravidão, se comprometeram e se aliaram com outros negros, índios e brancos pobres; criaram economias próprias (...); formaram pequenos grupos (...) politicamente estruturados (...).⁸

Os quilombos não existiram somente no Brasil⁹; há estudos que constataam a existência dessas comunidades também na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, locais onde surgiam como “*contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, (...) a negação desse sistema por parte dos oprimidos*”¹⁰.

Além da conceituação, encontramos em Freitas¹¹ uma caracterização de sete tipos fundamentais de quilombos, aqui destacados:

- a) os *agrícolas* – prevaleceram por toda parte do Brasil;
- b) os *extrativistas* - característicos do Amazonas;
- c) os *mercantis* – também oriundos do Amazonas;
- d) os *minerados*, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso;
- e) os *pastoris* – no Rio Grande do Sul;
- f) os *de serviços* – os que saíam dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos e,
- g) os *predatórios* – existiam um pouco em toda parte e viviam dos saques praticados contra os brancos.

Na antiga província de Pernambuco (atualmente Estado de Alagoas), na época ocupada pelos holandeses, surgiu o Quilombo de Palmares, o mais conhecido no Brasil e no exterior.

⁸ REIS, J.J.; GOMES, F.S. *Uma história da liberdade*. In: REIS, J.J.; GOMES, F.S. (org) **Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p.23.

⁹ Embora valha ressaltar que, para os fins propostos neste trabalho, os quilombos do exterior não foram objeto de pesquisa.

¹⁰ MOURA, C. *Quilombos Resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 12.

¹¹ FREITAS, D. *Palmares – a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

Esse quilombo não abrigou somente os escravos fugidos; abrigou também outras etnias como índios e brancos (os quais, quando perseguidos, encontravam no difícil acesso aos quilombos o obstáculo perfeito a sua captura pelos “capitães do mato”, impedidos de os alcançarem). Além disso, a terra era fértil – cultivavam o próprio alimento e não havia escassez de água. Em Palmares, os escravos resistiram por, aproximadamente, cem anos, atingindo uma população estimada de vinte mil pessoas. Seu mais famoso líder negro foi Zumbi (que assumiu o posto depois da morte de seu tio Ganga Zumba), reconhecido como herói em 1995. Em 20 de novembro, provável data da morte de Zumbi e como homenagem, é comemorado o dia da Consciência Negra, no Brasil (uma vitória de movimentos negros que tendem a repudiar o “13 de maio”, data oficial da libertação dos escravos).

Os quilombos mantinham uma estrutura organizada de divisão do trabalho: havia o grupo dos que plantavam (mandioca, feijão, cana-de-açúcar, batata doce, frutas); os que praticavam caça, pesca, extraíam vegetais medicinais, óleo de palmeira e, ainda, os que faziam artesanato (cestos, pilões, tecidos, potes de argila e outros utensílios, facas, arcos, flechas, lanças, instrumentos musicais, cachimbos e outros de uso cotidiano)¹².

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, uma forma de resistência ao sistema colonial-escravista.

Quilombo é um movimento (...) que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização (...) própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural.¹³

O processo de escravidão africana no Brasil teve início após o processo de colonização pelos supostos “descobridores” portugueses e se consolidou por volta da metade do século XVI, com o ciclo econômico da cana-de-açúcar. O Brasil foi o último país do mundo a libertar os escravos (a escravidão durou mais de 300 anos em nosso país), por meio de uma lei que

¹² MOURA, C. *Historia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 35-38.

¹³ NASCIMENTO, A. *Quilombismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1980, p.255.

lançou os negros livres a uma sociedade para a qual não estavam preparados para (com)viver; muitos retornaram aos seus donos (trabalhando em troca de comida), ou com a ausência de oportunidades, se suicidavam, num ato de desesperança.

A partir da publicação do Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, o conceito de quilombo adquiriu novo significado, desvinculando-se do conceito histórico caracterizado como local formado por escravos fugidos. Esse momento propiciou a possibilidade de mudanças no panorama afro-brasileiro; surgiram novas organizações de comunidades, fortalecidas por ações reivindicatórias de território e de identidade.

Atualmente o termo “quilombo” é utilizado para designar a situação dos segmentos negros (grupos de cultura “urbana”, como os “*rappers*”, por exemplo), em diferentes regiões do Brasil; é usado em referência às terras que resultaram da aquisição por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em dificuldades financeiras; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou de terras doadas pelos “senhores” aos escravos libertos.

Os moradores de comunidades remanescentes de quilombos são tratados por “quilombolas”, expressão que - apesar de ser usada no gênero feminino - é derivada de “quilombo”. Algumas divergências sobre sua simbologia são notadas: alguns autores consideram que o termo está relacionado às mulheres negras, que representam a força da raça negra; outros utilizam para simplesmente designar o morador que permaneceu no local de antigos quilombos ou que se organizaram como tal.

Em “Quilombos do Brasil”, Ilka Boaventura Leite¹⁴ relata o surgimento (a partir da publicação da Constituição de 1988) da dificuldade de se definir o conceito “remanescentes das comunidades dos quilombos”. A autora menciona a ambigüidade da chave desse termo (o “negro”), com o qual somam-se outros: como “elementos de *inclusão* (...) e também de *segregação* (...)”.

¹⁴ LEITE, I. B. *Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas*. Disponível em: www/ceas.iscte.pt/etnográfica/docs. Acesso em 10/04/08.

Em São Paulo, a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP¹⁵, é o órgão público que atua junto às comunidades que se identificam “quilombolas”, esse processo é executado em duas etapas - reconhecimento e titulação. A identificação dos quilombolas é solicitada pela comunidade, que analisará vários aspectos e emitirá um relatório que fundamentará o processo de reconhecimento. Caso a comunidade ocupe terras públicas estaduais, o próprio Governo do Estado expedirá o título de propriedade em nome da associação de moradores. Se a área for particular, o Governo Federal deve fazer a regularização do território e conceder o título, caso haja o reconhecimento de área de quilombo.

No caso de Ivaporunduva - localizada a 290km de São Paulo e a 45km de Eldorado (município ao qual pertence); por onde corre o Rio Ribeira, considerado a linha divisória entre a comunidade e o continente - o quilombo não foi formado por escravos fugitivos. Conforme relato do morador do Quilombo, Olavo Pedroso: as terras foram ocupadas no século XVIII, por senhores de escravos, vindos de Minas Gerais, para explorar um tipo diferente de ouro: o de “aluvião”, encontrado a “olho nu” nos rios e riachos que cortavam o Vale do Ribeira. Esse tipo de ouro tornou-se escasso, o que fez com que alguns senhores - com seus escravos - voltassem para Minas Gerais.

Em Ivaporunduva, especificamente, os escravos que ficaram herdaram as terras de uma viúva, Dona Maria Joanna. Ali permaneceram numa espécie de vila, em habitações próximas à Igreja “Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, plantando o necessário para sua subsistência e comercializando o excedente com os barqueiros que passavam pelo rio.

¹⁵ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é o órgão responsável por planejar e executar as políticas agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania. Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/quemsomos.aspx>. Acesso em: 15/05/08.

2. IDENTIDADE CULTURAL

A “falsa idéia” da inexistência de racismo e a confusão sobre a definição de “raça” e de “etnia” proporcional um conflito quanto à identificação dos indivíduos negros de nosso país (seriam somente aqueles dotados de características físicas negras, ou todos aqueles que tenham origem africana?¹⁶ Quem é pardo, quem é mulato, quem é moreno?¹⁷).

Segundo Munanga, seríamos todos membros de uma única raça, palavra de origem latina (*ratio*) que, inicialmente, significava categoria, espécie (teve seu significado alterado com o emprego – na Zoologia e na Botânica – na classificação de espécies animais e vegetais, passando “a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que (...) possuem algumas características físicas em comum”). Embora a palavra tenha entrado de fato nas relações político-sociais entre os séculos XVI e XVII, com o objetivo de “legitimar as relações de dominação e sujeição entre classes sociais”, o encontro com “O Outro”, “somente” em 1684, teria surgido o emprego moderno da palavra, com o francês François Bernier, que a usou para classificar a *diversidade humana* em grupos fisicamente contrastados, denominados membros da *raça humana*, sendo esta composta de várias *etnias*, noção definida como “conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”¹⁸.

¹⁶ Piza, E., (2000) e Telles, E. (2002) mostram, por exemplo, como o padrão de identificação da etnia dos indivíduos é social e arbitrário – sendo, por isso, variável espaço e temporalmente. Estes autores demonstram como a presença de apenas uma “única gota de sangue negro” já é suficiente para atribuir a identificação negra àquele determinado “sujeito de classificação”. Cf. TELLES, E. *As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil*. In: **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, 24, n.1, 2002, p. 141-165. PIZA, E. *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...*. In: HUNTLEY, LW.; GUIMARÃES, A.S.A. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 97-125.

¹⁷ A antropóloga Lília Schwarcz, em *Racismo no Brasil*, apresenta uma extensa lista dos termos utilizados na auto-identificação de negros e afro-descendentes no Brasil. Cf. SCHWARCZ, L.M. *Racismo no Brasil*, São Paulo: Publifolha, 2001.

¹⁸ MUNANGA, K.. Algumas Considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. In: Revista USP – Racismo I – dezembro/janeiro/fevereiro de 2005 – 2006. pp. 46 – 57.

Segundo Munanga, a adoção da noção de “etnia” permite fugir dos determinismos morfo-biológicos, ressaltando características sócio-culturais, históricas e psicológicas dos diversos grupos que constituem a raça humana.

O povo brasileiro, que tem uma língua comum, em um território comum, e um sentimento de identidade (...) brasileira (...), é o resultado da confluência destas três matrizes étnicas, lingüísticas e culturais. É um povo só, único, cuja unidade vai se consolidando, independente da cor da pele, formato do crânio, olho, nariz ou cabelo.¹⁹

O negro sempre foi alvo de piadas preconceituosas, de chacotas; de manifestação de sentimento de piedade. A elite branca (e até mesmo alguns negros) se acostumou com os papéis que “cabem” ao negro, como o de pobre; marginal e favelado, entre outras categorias; é tido como “menos inteligente”; mais preguiçoso; entre outros quesitos que desclassificam e alvitram o negro. O negro sempre foi preterido para ocupar cargos mais elevados nas empresas, no meio acadêmico; no atendimento à saúde; a mulher negra ainda é considerada “objeto sexual”, um símbolo de sensualidade, transformada em “mulata” e quando não tem “boa aparência” é “destinada” para cargos inferiores nas empresas.

Alguma mudança no sentido de incluir o negro de forma mais digna na sociedade já se faz sentir, porém, há muito que se (re)conquistar, “mas há espaço para o otimismo”²⁰. Os movimentos negros alcançaram algumas vitórias, como:

- Lei “Afonso Arinos”, que transformava o preconceito racial em crime, substituída posteriormente pela “Lei Caó” - Nº 7.716, de 1989, que definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor previsto como crime inafiançável e imprescritível;

¹⁹ RUY, J. C. *Há racismo no Brasil? Algumas características do preconceito racial brasileiro*. In: RUY, J. C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M. J. (org.) **Um olhar negro sobre o Brasil. Dezoito anos de UNEGRO**. São Paulo. Ed. Anita Garibaldi, 2007. p.84.

²⁰ FRANÇA, E. *Olhar panorâmico sobre o movimento negro brasileiro*. In: RUY, J. C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M. J. (org.) *op. cit.*, 2007. p. 41.

- Lei 9. 459, de 13 de maio de 1997, que modificou alguns artigos da “Lei Caó”, assegurando a punição de até cinco anos de prisão, além das multas para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, de cor, etnia, religião ou procedência nacional;
- Lei Nº 10.639, de 2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino do país;
- criação em 2003, pelo Governo Federal, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR²¹, e;
- a polêmica adoção de política de cotas nas instituições de ensino, ainda não regularizada pelos órgãos competentes do governo, mas já implantada em algumas Instituições, como Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Esse cenário de conquistas, no qual destacam-se organismos importantes, como o jornal do Movimento Negro Unificado – MNU, preocupados em “discutir o negro no âmbito do racismo em todas as suas manifestações (...)”, às vezes, é “ofuscado” pela negação de racismo; pelos estigmas que a mídia associa à raça negra; pelos “apelos midiáticos”

²¹ Criada no dia 21 de março de 2003, data emblemática, na qual, em todo o mundo, celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. A criação da Secretaria é o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro. A missão da Seppir é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no País. Conforme artigo disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/sobre/o_que_e/. Acesso em 20/08/2008.

(principalmente dos canais de televisão), numa tentativa de “*exaltação das qualidades estéticas (...) típicas da população negra*”; em publicações destinadas ao público negro, posicionando este grupo “*como nicho específico de mercado*”.²²

Resgatamos em uma das obras de Moura, um dos fatores que nos ajuda a compreender a luta do negro pela sua valorização: ainda no processo de escravização, o negro já demonstrava sua capacidade em organizar-se, confirmando seu “*espírito associativo*”. O autor classifica esse espírito numa dicotomia entre os *grupos específicos* e os *grupos diferenciados*.²³

O *grupo diferenciado* “é identificado” e o *específico* “se identifica”, tem objetivos próprios e independentes dos *grupos diferenciados*; tenta conservar e valorizar seus costumes, suas crenças, como forma de resistência ao sistema da sociedade branca dominante. Tanto nos *grupos específicos*, quanto nos religiosos fazem com que o negro se sinta numa posição simbólica de *status*, uma vez que num terreiro de candomblé, por exemplo, as pessoas que desempenham funções simples na sociedade (como a cozinheira) assumam simbolicamente papéis importantes de sua cultura (como a posição de “mãe-de-santo” por meio de “incorporação” de um “orixá” da religião africana; o papel de rei/rainha, nas festas religiosas, de porta-bandeira e mestre-sala e outras figuras no carnaval), num processo de reapropriação e valorização de seus costumes.

A tipologia desses grupos fica mais clara quando se verifica que: “O mesmo grupo pode ser diferenciado quando é visto *de fora para dentro* (...); e *específico* quando se vê”²⁴. Esta passagem permite perceber o dinamismo e a pluralidade desse tipo de classificação.

O autor reconhece que em vista da realidade da sociedade brasileira, a condição dos *grupos específicos* está se transformando: os “(...)

²² OLIVEIRA, D. *Ambivalências raciais*. In: RUY, J. C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M. J. (org.) *op. cit.*, 2007. p. 131.

²³ MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática S.A. 1988. p. 116.

²⁴ *Ibidem*, p.117

núcleos de resistência contra as forças desintegradoras, estão ganhando um significado mais social que cultural”.²⁵

Moura, ao se referir à degradação da cultura do negro enquanto grupo específico de resistência, como no caso daqueles que desciam para o asfalto para “brincar o carnaval”, cita o exemplo da transformação ocorrida com as escolas de samba no Brasil, especialmente as do Rio de Janeiro, que: “(...) perderam a sua especificidade de protesto simbólico espontâneo de antigamente (...) subordinando-se a instituições ou grupos financiadores que as despersonalizam (...)”²⁶.

Este sociólogo menciona que, apesar da resistência dos negros escravizados em conservar a sua cultura, muitos costumes tradicionais foram transformados ou menosprezados em função do domínio do sistema hegemônico: “a mesma coisa aconteceu com as suas línguas. (...) os africanos foram obrigados a criar uma que fosse comum para que pudessem se entender (...)”.²⁷

Nascimento²⁸, ao tratar o tema do preconceito que a *raça branca* sempre manifestou contra o negro, lembra que a sociedade afro-brasileira é condenada a sobreviver rodeada de hostilidade por parte da sociedade branca e assim tem permanecido sob tensão.

Para as comunidades quilombolas, a possibilidade de se tornarem “donos” da terra em que vivem e cultivam - espaço sagrado, no qual firmaram sua raiz - cria oportunidades de “revelarem” sua identidade, de se sentirem “negros”; sentimento que pode não ser de “recompensa”, mas, sim, de justiça para com os seus ancestrais.

Não se pode negar que o racismo, o preconceito, a discriminação ajudam a reforçar a indefinição da identidade dos negros; levando-os a viver em “guetos”, sem oportunidades de competir igualmente com os brancos, excluindo-os da sociedade “branca”. Mas, em muitas situações, não se vê

²⁵ Ibidem, p.122

²⁶ MOURA, C. *op. cit.*, 1989, p. 38.

²⁷ Ibidem, p. 36.

²⁸ NASCIMENTO, A. *op. cit.*, 1980, p. 264.

somente o negro sendo excluído, verifica-se o negro “se excluindo”, não se reconhecendo negro; negando sua cor, sua raça, sua própria identidade.

Segundo Guimarães²⁹ é muito arriscado falar de identidade negra, pela possibilidade desse assunto revelar - ou ocultar - certas subjetividades. Revelar, por exemplo, que - de um modo geral – aqueles considerados “negros”, “pretos”, “mulatos”, “pardos”, têm também um modo particular de se autodenominar. Negar a própria identidade racial pode ser uma forma ambígua de se “abrigar” na nacionalidade brasileira.

A dificuldade em se definir a identidade “pura” ultrapassa a questão da raça, sendo talvez consequência da “mescla” de culturas (e não somente consequência da escravidão, da miscigenação que ocorreu no Brasil, entre índios, europeus e africanos). Munanga³⁰ manifesta sua tese sobre a forma como o negro respeita(va) a identidade, a cultura do outro”:

(...) os escravizados africanos e seus descendentes nunca ficaram presos aos modelos excludentes. (...) Tiveram uma abertura externa em duplo sentido para dar e receber influências culturais de outras comunidades. (...) Visavam a formação de identidades abertas (...) e não de identidades fechadas, geradas por barricadas culturais que excluem o outro.

O autor destaca um modelo de inclusão racial que sugere o embate político contra a desigualdade cultural, num processo que não alcança os grandes intelectuais negros, mas os pequenos intelectuais, “*propriamente orgânicos como diria Gramsci*”³¹, os quais são excluídos da área da educação superior e das belas artes, mas possuem sentimentos e valores que buscam a transformação de sua cultura de origem, em *cultura negra* ou *africana*, e a sua diferença, inserindo-se na diversidade cultural.

²⁹ GUIMARÃES, A. S. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Disponível em <http://www.fflch.usp.br:80/sociologia/asag>. Acesso em 29/05/2008.

³⁰ MUNANGA, K. *op. cit.* **Revista USP**. SP (28) Dez./95, jan/96, p. 63.

³¹ Antonio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891, em Sardenha, uma ilha pobre da Itália. Em 1911, obteve uma bolsa de estudos da Universidade de Turim; em 1913 começou a escrever para jornais socialistas; em 1921 ajudou a fundar o Partido Comunista da Itália. Foi preso pelo regime de Mussolini em novembro de 1926 e condenado a mais de 20 anos de prisão, onde escreveu os textos essenciais de sua produção teórica, que fazem dele provavelmente, o maior teórico marxista deste século. Na prisão escreveu anotações em 34 cadernos. (...) Inúmeros debates tiveram início quando suas obras começaram a ser editadas, depois da Segunda Guerra Mundial. Cf. BOTTOME, Tom. (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001, p. 165,166.

Como bem nos lembra Guimarães: em São Paulo, a classe operária em sua maioria, descendentes dos imigrantes estrangeiros, desenvolveu-se com identidade e culturas próprias; essa classe superou, em números, “a antiga classe de escravos, homens-livres e ‘ingênuos’, deslocando e marginalizando manifestações e expressões do que poderia vir a ser uma ‘cultura negra’”³².

Eagleton³³ em referência a Gramsci, utiliza a palavra *hegemonia* para designar a maneira como um determinado *poder* conquista o “consentimento” daqueles que lhes são dominados. O domínio ocorre não só pelo poder econômico, mas, também, pela coerção das idéias (ideologia); seja na área política ou cultural. A sociedade civil é coagida tanto pelo Estado, como por instituições como a igreja, o exército, a mídia, pois segundo o autor, o poder da classe dominante não é só de ordem material, mas, também, espiritual (qualquer campanha “contra-hegemônica” deve ser concebida de um cunho político que enfrente esse “domínio”). Dessa maneira, a classe dominada (subalterna) deve enfrentar seus dominantes (hegemônicos) mostrando também suas idéias; contestando “a cultura” a ser imposta. Portanto, a luta não é somente pela posse da terra, mas também, pelo enfrentamento de questões que transcendem o cotidiano, como a ameaça dos empresários que, de certa forma, exercem seu poder para pressionar os organismos públicos.

A falta de conhecimento da legítima identidade brasileira, principalmente a do negro (que foi forçado a abandonar sua origem), faz com que pesquisadores e cientistas tentem de forma fragmentada – e, às vezes, até banal - utilizar uma ciência que mostre como o negro é; qual é sua identidade afinal, a essa tentativa Moura reage e avalia que: “(...) colocaram o tema do negro em uma mesa de necrotério, e passaram a dissecá-lo como se ele fosse (...) um corpo morto a ser estudado (...)”.³⁴

³² GUIMARÃES, A.S. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Disponível em <http://www.fflch.usp.br:80/sociologia/asag>. Acesso em 29/05/2008.

³³ EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo, Ed. Unesp, 1997, p. 105.

³⁴ MOURA, C. *op. cit.*, 1988. p.115.

Nascimento vai além do racismo, quando questiona o que as ciências poderiam acrescentar à intelectualidade do negro, ao mencionar que essas ciências foram:

“(...) nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos sócio-econômicos diferentes (...)”. Questiona se a ciência social “elaborada na Europa ou nos Estados Unidos é tão universal em sua aplicação? A raça negra conhece na própria carne a falaciosidade do universalismo e da isenção dessa ‘ciência’”.³⁵

Tratando a identidade do quilombola, na atualidade; verifica-se que com a possibilidade de receber um título de posse da terra, vários grupos se (auto)definem comunidades quilombolas. Mattos³⁶ em seu projeto sobre “Memórias dos cativeiros”, nos chama à atenção para as características de quilombos: “(...) se constituem em um sistema onde as dimensões sociopolíticas, econômicas e culturais são centrais para a construção da identidade”; e isso não basta, pois há um processo legal, fundamentado na memória da comunidade e na pesquisa histórica que os órgãos competentes elaboram, ao identificarem os remanescentes de quilombos.

As tradições poderiam ser resgatadas; a identidade não está “perdida”; o negro deve assumir seu papel, fazer surgir sua intelectualidade. Talvez seja oportuno refletir sobre as considerações que Pinski³⁷ nos oferece ao comentar a “herança” escravista ainda presente nas relações sociais, nas quais o negro é excluído de *funções* intelectuais, sendo relegado às posições manuais (em uma sociedade em que são estabelecidas fortes distinções hierárquicas entre esses dois tipos de trabalho). Este autor lembra que à imagem do negro foi associado o “estigma” de algumas “habilidades” específicas, como o samba e alguns esportes, como o futebol.

A comunidade de Ivaporunduva foi escolhida para esta pesquisa pelo fato de ter sido reconhecida como remanescente de quilombo e ser a primeira comunidade, em São Paulo, a receber o título de posse da terra. Essa comunidade é muito citada na mídia; foi e ainda é motivo para estudos que

³⁵ NASCIMENTO, A. *op. cit.*, 1980, p. 264.

³⁶ MATTOS, H. *Turismo em comunidades quilombolas – uma contribuição historiográfica. Diálogos do Turismo – uma viagem de inclusão.* Disponível: http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/dialogos_turismo%20.pdf

³⁷ PINSKY, J. *Escravidão no Brasil.* São Paulo: Ed. Contexto, 2000, p. 7.

originaram dissertações e teses; seus líderes são convidados para palestras em outras comunidades; seu modo de organização em associação é modelo para outros quilombolas da região. Seus líderes, em consonância com os moradores, inspirados na estrutura capitalista dominante, criaram mecanismos para se apropriarem de elementos hegemônicos contidos na atividade turística: construíram uma pousada, definiram um roteiro para visitantes que chamam “ecológico” ou “étnico”, qualificaram monitores e aproveitam a história de seus ancestrais e a beleza da Mata Atlântica para mostrar sua cultura.

Apesar da descendência africana, seus moradores não praticam nenhum ritual de origem africana, como ocorre com outras comunidades quilombolas (como, por exemplo, a comunidade de São José da Serra, em Valença, Rio de Janeiro, onde se pratica o Jongo). São adeptos da religião católica; cultuam os santos católicos - talvez, uma prática conseqüente da demonstração do domínio dos portugueses – os quais eram “enganados” pelos escravos, por meio do sincretismo entre os santos da igreja católica e os deuses (orixás) africanos.

3. TERRA – RELAÇÃO DE CONFLITOS E PERTENCIMENTO

Os conflitos gerados pela posse de terra envolvem os trabalhadores rurais, os “sem-terras”, latifundiários, posseiros, indígenas e pequenos proprietários, que podem estar respaldados por direitos adquiridos ou por processos que aguardam julgamentos. No caso dos quilombolas, especificamente, a questão da posse inicia-se a partir da requisição de reconhecimento da comunidade à Fundação Cultural Palmares³⁸ - FCP, do Ministério da Cultura, entidade responsável por iniciar o processo; outros órgãos públicos ainda colaboram com levantamentos históricos, antropológicos e medição de terras.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), executa o processo de identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas. Estima-se que existam 4.500 comunidades remanescentes no Brasil, sendo que, conforme informação publicada no *site* da FCP, 1.248 comunidades já foram certificadas e 1.038 certidões já foram emitidas. Vale ressaltar que essa diferença entre o número de comunidades certificadas (1248) e o de certidões emitidas (1038) ocorre devido ao fato que: “ (...) *em algumas certidões constam outras comunidades, por isso o número maior de comunidades certificadas.*”

A FCP publicou em novembro de 2007, a Portaria Nº 98, que estabelece o reconhecimento dos remanescentes quilombolas. (**ANEXO I**)

No caso dos quilombolas do Vale do Ribeira, os conflitos gerados pela posse da terra são graves, pois extrapolam os limites de suas terras, incluindo a imposição de empresas que tentam instalar hidrelétricas no Rio Ribeira de Iguape e a resistência de antigos fazendeiros da área. O Jornal da USP, em sua edição de número 804, traz a declaração de um dos líderes de Ivaporunduva, Sr. Ditão: “Por terem ficado muito tempo sem escola (...), os

³⁸ A Fundação Cultural Palmares (FCP) é um órgão público vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), instituído pela Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988. Com sede em Brasília, a instituição tem por missão: formular, fomentar e executar programas e projetos em nível nacional com a finalidade de reconhecer, preservar e difundir os valores e práticas das culturas africanas na formação da sociedade brasileira. *APRESENTAÇÃO*. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/>

quilombolas eram um alvo fácil para os aproveitadores. Muitos fazendeiros se enraizaram (...) e hoje está difícil de tirá-los”.³⁹

Os moradores de Ivaporunduva ocupam aquelas terras desde o século XVII (há mais de 200 anos, portanto) e mantêm um relacionamento que extrapola o simples fato de “possuir”; a terra, para os quilombolas, simboliza sua fortaleza: a garantia de que as gerações futuras poderão usufruir dessa mesma herança. Mostram sua preocupação com a sustentabilidade, quando tratam a agricultura de forma orgânica; no cuidado com a seleção do lixo reciclável (já utilizavam essa prática antes de a informação chegar na comunidade, segundo um dos moradores). O esquema de mutirão para a construção de casas; para a plantação de roças e o sentimento de solidariedade entre o grupo, decorrem da herança de quem já morava naquele local, é o símbolo da posse legal da terra, uma vez que já a “possuem” simbolicamente, com uma conotação diferenciada de valor. Nesse contexto, avaliamos que não é a terra que pertence aos moradores, são os moradores que pertencem à terra.

Em março de 2008, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu um parecer favorável ao projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto. Além da construção da usina hidrelétrica de Tijuco Alto, planejada para fornecer energia à fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA, empresa do Grupo Votorantim, existe também, um projeto para construção de mais três usinas, naquela área.

O IBAMA esclareceu que a conclusão pela viabilidade ambiental do projeto foi condicionada à resolução de duas ressalvas. Uma delas é o problema da inundação de duas grutas, que terá de ser analisada pelo Instituto Chico Mendes. A outra trata da outorga para uso do recurso hídrico do Ribeira a ser expedida pela Agência Nacional de Águas (ANA).⁴⁰

A ANA entende que a outorga do início do processo, em 1988, precisa ser reavaliada, pois o projeto foi alterado. Órgãos ambientalistas, como o Instituto Socioambiental (ISA) podem acionar o Ministério Público Federal

³⁹ HEBMÜLLER, P. *Quilombos, a herança contestada*. **Jornal da USP**. Coordenação de Comunicação. Universidade de São Paulo. Ano XXIII, n. 804, 6 a 12 de agosto, 2007.

⁴⁰ Ibama autoriza a construção da Hidrelétrica Tijuco Alto no Rio Ribeira. Disponível: <http://www.apiai.sp.gov.br/noticias/noticias.php?id=1354&tipo=1>

(MPF) contra a concessão, pois o impacto sobre a pesca no Baixo Ribeira, que deságua no litoral sul de São Paulo, não teria sido objeto de estudo.

Para formar o lago da hidrelétrica, serão inundados cerca de cinco mil hectares de três municípios no Paraná e dois em São Paulo. A CBA preparou um programa de compensação para cerca de 500 famílias que serão reassentadas; a empresa informou que foram encontradas apenas duas cavidades naturais na área a ser alagada. Uma delas, a Gruta da Mina, que foi comprometida pela exploração de minérios. A outra, a Gruta do Rocha, não tem formações como estalactites e estalagmites.

Em entrevista ao *Jornal da USP*⁴¹, o Prof. Arlei Benedito Macedo, do Instituto de Geociências da USP considera que se as quatro hidrelétricas fossem construídas, realmente inundariam regiões importantes cultural e historicamente: parte da cidade de Iporanga e comunidades quilombolas como Ivaporunduva. A mesma matéria traz a opinião do professor Antônio Carlos Nicodemes, Presidente da Eaacone e integrante do Movimento dos Ameaçados/Atingidos por Barragens – MOAB, de que “é preciso bater de frente com o poder econômico”.

A empresa de consultoria Cnec Engenharia que produziu o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), favorável ao empreendimento garante, através de nota enviada ao *Jornal da USP*, que “a construção da Hidrelétrica de Tijuco Alto não vai inundar, em qualquer hipótese, terras de comunidades quilombolas”.⁴²

Em seu relatório, a empresa argumenta que a área ficou às margens dos processos de desenvolvimento principalmente “em função do relevo acidentado” e da “vulnerabilidade do meio físico”. O relatório reconhece, entretanto, que com a construção da usina “um determinado modo de vida, típico das populações hoje assentadas às margens do rio Ribeira, será comprometido”⁴³. Apesar disso, garante que a construção da usina trará melhorias estruturais para a população.

⁴¹ HEBMÜLLER, P. *O último rio livre*. **Jornal da USP**. Coordenação de Comunicação. Universidade de São Paulo. Ano XXIII, n. 805, 13 a 19 de agosto, 2007.

⁴² Cf. HEBMÜLLER, P. *op. cit.* **Jornal da USP**. Ano XXIII, n. 805, 13 a 19 de agosto, 2007.

⁴³ *Ibidem*.

Mesmo assim, há quem se posicione favoravelmente à construção da hidrelétrica, uma vez que o Vale do Ribeira ainda detém um dos menores índices de desenvolvimento humano (IDH) na região entre São Paulo e Paraná. Esse “progresso” faz com que alguns moradores daquela área não percebam que a ampliação da fonte de energia beneficia e fortalece o segmento hegemônico, que - ao contrário do que anuncia -, coloca a população e seu meio, em segundo plano. A reprodução do capital não considera o que há de mais importante para as comunidades daquela região: o conteúdo simbólico intrínseco ao seu pertencimento à terra.



Vista de um trecho do Rio Ribeira de Iguape.
Foto: Paulo Hebmüller

O ITESP - responsável pelo reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas reconhecidas como devolutas em São Paulo - estima que, aproximadamente, mil famílias vivem em núcleos remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo.

Um contato telefônico para confirmação de alguns dados com a Sr^a Maria Ignez, técnica do ITESP resultou no envio de algumas informações por e-mail, como a tabela abaixo, cedida para inserção neste trabalho:

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
"JOSÉ GOMES DA SILVA"

ASSISTÊNCIA ESPECIAL DE QUILOMBOS

SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS JUNHO/2008

Comunidades Reconhecidas (22); Tituladas (5)

Comunidade	Município	Área total (ha)	Área devoluta	Área particular	Próprio Estadual	Famílias (Nº)	Ano de Reconhecimento
1. Ivaporunduva	Eldorado	2.754,36	672,28	2.082,07		98	1998 **
2. Maria Rosa	Iporanga	3.375,66	3.375,66	0,00		25	1998 *
3. Pedro Cubas	Eldorado	3.806,23	2.449,39	1.356,84		40	1998 ***
4. Pilões	Iporanga	6.222,30	5.925,99	296,31		63	1998 *
5. São Pedro	Eldor/Ipor.	4.888,28	4.558,20	130,07		39	1998 *
6. Cafundó	Salto de Pira	208,84	0,00	208,84		24	1999
7. Capendeos	Ubatuba	890,00	discriminatória	discriminatória		50	2000
8. João	Itapora	165,77	0,00	165,77		53	2000
9. André Lopes	Eldorado	3.200,16	3.049,20	76,14	74,83	76	2001
10. Nhunguara	Eldo/Ipora	8.100,98	8.100,98	0,00		91	2001
11. Sapatu	Eldorado	3.711,62	1.584,06	2.127,56		82	2001
12. Galvão	Eldo/Ipora	2.234,34	1.942,83	291,50		34	2001 ****
13. Mandira	Cananéia	2.054,65	área não discriminada	área não discriminada		18	2002
14. Praia Grande	Iporanga	1.584,83	4 16,68	1.104,26		34	2002
15. Porto Velho	Iporanga	841,00	0,00	841,00		19	2003
16. Pedro Cubas de Cima	Eldorado	6.875,22	3.074,97	3.800,24		22	2003
17. Capivarã	Capivarã	6,93	0,00	6,93		17	2004
18. Brotas	Itatiba	12,46	0,40	12,46		32	2004
19. Cangume	Itaóca	724,60	0,40	724,60		37	2004
20. Camburi	Ubatuba	872,36	discriminatória	discriminatória		39	2005
21. Morro Seco	Iguape	164,69	0,00	164,69		47	2006
22. Poça	Eldor/Jacupir.	1.126,14	0,00	1.126,14		41	2008

(* Terras devolutas tituladas em 19/01/01) (** Terras devolutas tituladas em 12/02/00) (***) Terras tituladas em 20/03/08 **** Terras tituladas em 18/01/2007
nº cadastro de famílias atualizado

Comunidades em fase de Reconhecimento (trabalhos em andamento)

Comunidade	Município	Área total ha*	Famílias
23. Biguazinho	Miracatu	790,00	09
24. Bombas	Iporanga	1.200,00	16
25. Ribeirão Grande/Terra Seca	Berra do Turvo	3.471,04	77
26. Fazenda da Caixa	Ubatuba		40
27. Fazendinha Pilar	Pilar do Sul		30
28. Reginaldo	Berra do Turvo		
29. Cedro	Berra do Turvo		29
30. Pedra Preta	Berra do Turvo		80
31. Cazanga (Sertão de Itamambuca)	Ubatuba		31

(*Área em fase de área são dados estimados)

Comunidade na qual foram suspensos os trabalhos de reconhecimento

Comunidade	Município	Área total	Famílias
32. Boa Esperança	Eldorado		

Comunidades apontadas para o Reconhecimento.

Comunidade	Município	Área total	Famílias
33. Os Camargo	Votorantim		05
34. Fazendinha dos Pretos *	Salto de Pirapora		50
35. Carmo*	São Roque		70
36. Abobral	Eldorado		08
37. Castelhanos	Iporanga		60
38. Bananal Pequeno	Eldorado		
39. Chácara dos Pretos	Rio Claro		
40. Jaú	Jaú		
41. Tamandaré	Guaratinguetá		
42. Bairro Peropova	Registro		15
43. Lago Grande	Iporanga		
44. Anta Magra	Berra do Chapéu		
45. Tocos	Berra do Chapéu		
46. Piraporinha, Jucurupava e Itinga	Salto de Pirapora		
47. Pirinica	Iporanga		
48. Mandira (ampliação de área)	Cananéia		
49. Cachambu	Sarapuí		
50. Porainos	Agudos		90
51. Jurumirim	Iporanga		

(* nº de famílias são dados estimados)

* Os antropólogos do M.P.F. estão realizando um diagnóstico da situação na área

Das 22 comunidades já oficialmente reconhecidas pelo ITESP, 15 estão nos municípios de Eldorado, Iporanga, Cananéia, Iguape e Itaóca, que compõem o Vale do Ribeira. Dessas, seis já receberam o título de posse: Ivaporunduva, Pilões, Maria Rosa, São Pedro, Pedro Cubas e Galvão. Além das 22 comunidades já reconhecidas, no Vale do Ribeira, outras quinze estão em processo de reconhecimento. Das nove comunidades que estão em processo de reconhecimento, seis localizam-se no Vale do Ribeira; das dezenove que foram apontadas para início de processo de reconhecimento, onze pertencem ao Vale do Ribeira e uma, no município de Eldorado, teve o processo de reconhecimento suspenso (não conseguimos descobrir a causa).

Além do trabalho de reconhecimento e titulação, o ITESP presta assistência técnica e de extensão rural. Esse trabalho é feito por meio de atividades agrícolas, manejo florestal, produção de artesanato e capacitação dos moradores em diversos programas. Um exemplo desse trabalho foi a realização do Encontro no Parque da Água Branca, com o tema: “Quilombos de São Paulo: Expressão Viva da Consciência Negra”, um evento em comemoração do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro de 2007⁴⁴. O encontro reuniu cerca de 100 quilombolas vindos de 19 comunidades de São Paulo já reconhecidas pelo governo paulista; contou com o apoio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Nesse encontro, os quilombolas apresentaram os produtos de seu trabalho, como doces, balas de banana; mel, farinha de mandioca, artesanato; suas manifestações culturais, como a dança do Maculelê, os rituais religiosos como a “recomendação da alma”.

Presente ao evento, o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, declarou: “Temos obrigação de superar a desigualdade de tantos anos e uma forma de fazer isso é dar mais visibilidade a essas comunidades”. O secretário afirmou, ainda que: “O povo de São Paulo precisa saber que no seu Estado há remanescentes de quilombos, mas precisa ir além e descobrir a vida e a cultura dessas comunidades”. Também compareceu ao Encontro, o Diretor-executivo do ITESP, Sr. Gustavo Ungaro, que manifestou sua opinião: “O evento foi importante do ponto de vista da

⁴⁴ ITESP, Quilombos fazem mostra em São Paulo no Dia da Consciência Negra. Disponível em <http://www.justica.sp.gov.br/Noticia.asp?Noticia=3404>

produção e da renda para as comunidades quilombolas, mas o principal destaque é de importância simbólica, é a presença de pessoas remanescentes de quilombos interagindo com os paulistanos, na capital do maior Estado do País”.

O trabalho desenvolvido pelo ITESP nas comunidades quilombolas também foi apresentado na Unipalmare⁴⁵ durante o evento “120 anos da Abolição da Escravatura – Todos pela Educação”; as mulheres do quilombo de Ivaporunduva mostraram seu artesanato, além de uma exposição da fotógrafa Dodora Teixeira, com 80 fotos dos quilombos do Vale do Ribeira.

Essa parceria demonstra que a aliança dessas comunidades com instituições governamentais e não governamentais fortalece a visibilidade que podem alcançar na sociedade. Esse tipo de apoio é necessário, pois sem essas articulações, mesmo que as comunidades tracem seu próprio caminho, percorrê-lo pode exigir muito esforço. Não descartamos que as parcerias caracterizam “um certo domínio” sobre algumas comunidades, uma vez que seus moradores passam pelo processo de convencimento e, ao aceitarem qualquer tipo de ação que extrapole seu cotidiano – ainda que seja em seu benefício -, já estariam se submetendo à vontade de terceiros. Contudo, é possível vislumbrar a existência de uma relação de “troca”, de contrapartida: os “apoiadores” também podem se beneficiar dessa “visibilidade” (pelo fortalecimento de sua imagem, como consequência da exposição na mídia) ou, talvez, até mesmo por meio de uma forma de benefício financeiro, resultante de projetos públicos.

A pesquisadora Lourdes Carril - que estudou os quilombos em seu curso de Mestrado e Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, FFLCH/USP -, declarou numa matéria do Jornal da USP (Edição n. 804), ao se referir aos opositores do decreto 4.887 (pseudo “proprietários de terras”), que consideram que no Brasil está havendo “uma verdadeira ‘produção’ de quilombos”, que é possível tecer

⁴⁵ A Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares tem por missão a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior, viabilizando a integração de negros e não-negros em ambiente favorável à discussão da diversidade social, no contexto da realidade nacional e internacional. Disponível: www.unipalmare.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29 - 27k

contra-argumentos a essa visão, já que durante o processo de reconhecimento: “*Tem a Fundação Palmares, tem o INCRA, tem o ITESP(...) Ninguém chega simplesmente e diz que é quilombola (...)*”. Nessa matéria, Carril mostra que os quilombolas têm respaldo para procurar o direito à propriedade de terras: “É a reafirmação de um conteúdo simbólico (...). Elas têm como provar que essas áreas são herdadas de antepassados (...) têm legitimidade (...)”.

Maria Cecília Pereira de Carvalho ao mencionar a luta dos quilombolas pela posse da terra, faz uma comparação com a antiga situação: “Antes alguns não sabiam que viviam em quilombos nem gostavam de ser chamados de negros. (...) isso mudou muito, existe uma clara autovalorização e melhora da auto-estima”⁴⁶ .

A identificação e a certificação dos quilombolas em diversas regiões do Brasil demonstram que há setores do governo preocupados em restituir - ao menos em parte - o que foi lhes foi tirado ou o que não lhes foi dado o direito de ter. Entretanto, enfrentam a revolta de fazendeiros, donos de terras que foram “herdadas” ou “griladas” e empresas como a CBA do Grupo Votorantim, que com o pretexto de trazer benefícios à região, “esquece” que o maior beneficiário será ele próprio, com as instalações de hidrelétricas para gerar mais energia para sua empresa.

O monitor que nos acompanhou na visita à comunidade de Ivaporunduva pouco comentou sobre o assunto da construção das hidrelétricas; quando questionado sobre o assunto, disse que “*a coisa tá meio parada*”. Quanto ao registro da área em cartório, comentou que é necessário encontrar uma pessoa que detém a escritura de uma extensão, próxima ao rio, para desapropriação; essa pessoa é procurada há pelo menos, quinze anos.

Ao contrário do que se diz a história não acabou; ela apenas começa. Antes o que havia era uma história de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser (...) continentais, em função dos impérios (...). O que até então se chama de história

⁴⁶ GONÇALO Junior *A cor do sal da terra. Quilombolas buscam proteção legal para garantir propriedade e resgatam tradições com apoio de antropólogos. Pesquisa FAPESP, Humanidades – Sociologia. FAPESP. SP. Nº 141, Nov.2007, p. 82.*

universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes (...).⁴⁷

O historiador Eric Hobsbawn⁴⁸ nos faz refletir sobre a possibilidade de se “inventar tradições” ou de “adaptar” as já existentes, face às transformações de valores da sociedade moderna. Dessa forma, é possível se construir - ou se apropriar de - mecanismos como a atividade turística para atrair interessados em conhecer o que está sendo apresentado; em troca, pode haver a consideração pelo que é oferecido, seja em valor monetário, seja pela simples demonstração de prazer diante do produto simbólico oferecido, como uma dança, por exemplo.

Certas atividades turísticas podem ser desenvolvidas em comunidades tradicionais, como nas remanescentes de quilombos, desde que haja uma efetiva participação dos moradores nas tomadas de decisões. O turismo pode ser “pensado” como uma atividade que poderá resultar em uma troca simbólica, o morador apresenta sua “atração” e o visitante a “usufruí”.

Algumas comunidades quilombolas - presumivelmente de base subalterna – que mantém (ou modificaram) suas tradições perceberam que podiam utilizar os mesmos mecanismos da sociedade capitalista dominante; ou seja, passaram a desenvolver atividades econômicas na estrutura do turismo, entenderam que por meio dessa atividade, poderiam obter prerrogativas em vários aspectos, como o fortalecimento do exercício da cidadania.

De certa forma, a participação efetiva dos moradores das comunidades em projetos de desenvolvimento social faria com que todos se conscientizem da necessidade de se manter o “sistema” como se fosse “patrimônio” único, do qual todos são proprietários; numa corrente de solidariedade. “Moradores de locais que possuem atrativos turísticos, devem se

⁴⁷ SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000. p.170.

⁴⁸ HOBBSAWM, E. (org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.14

articular e construir uma cadeia produtiva, na qual a renda e o lucro fiquem na comunidade, beneficiando todos”.⁴⁹

Os projetos sociais podem ser mecanismos de inclusão social e de resgate da cidadania. O enfoque social pode ir além do aspecto econômico e, nesse caso, através de ações educativas, fazer com que os mais jovens sintam-se interessados pelas questões que envolvem o quilombo.

(...) percebe-se que eles podem inserir-se em projetos de geração de renda, não necessariamente vinculados ao mercado formal de trabalho. Estes projetos podem concretizar-se para a faixa de crianças e adolescentes em idade escolar, através de educação pelo turismo, dentro da própria escola e voltados para a comunidade.⁵⁰

Pensando na integração entre os diferentes - turista e morador local -, deve haver um ponto em comum para que ambos se aproximem, uma intersecção. O interesse pela arte/artesanato pode ser um bom exemplo para um encontro enriquecedor, já que o morador desenvolve sua técnica artesanal (valorizando seu produto) e o turista pode assimilar os aspectos culturais e tradicionais locais.

É importante considerar o documento que a Organização Mundial do Turismo aprovou, em reunião realizada no Chile, em outubro de 1999, sobre o Código Mundial de Ética do Turismo; que obteve, também, a aprovação da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e dispõe em seu Artigo 2º - O turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo “(...) deve ser concebido e praticado (...) com a necessária abertura de espírito, (...) tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças (...) entre povos e culturas (...)”.

A conceituação de turismo cultural adotada pelo Ministério do Turismo, em parceria com o Ministério da Cultura e o IPHAN, com base na representatividade da Câmara Temática de Segmentação do Conselho Nacional de Turismo, tem o seguinte recorte “(...) compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do

⁴⁹ CORIOLANO, L.N.M.T.; LIMA, L.C. *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental* (Org.). Fortaleza: EDUECE, 2003, p.41.

⁵⁰ RODRIGUES, A.B. *Turismo local: oportunidades para inserção*. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 63.

patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, *valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura*".⁵¹

O documento citado apresenta os aspectos relativos à "vivência" que pode ser experimentada no relacionamento do turista com a cultura local - ao buscar o conhecimento -, como modo de aprendizado sobre o elemento da visita; ou através de experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objetivo de visita.

As atividades direcionadas a divulgar o patrimônio histórico são representadas pelos bens de natureza material e imaterial, que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades (como edificações, sítios arqueológicos, ruínas, manifestações musicais, gastronomia, festas, celebrações). Ao se utilizar dos bens culturais como motivação para atrair visitantes ao local, pressupõe-se a valorização desses bens: a promoção e a manutenção de símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas. Significa também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, além de assegurar os meios para que tal relação ocorra de forma harmônica e em benefício de ambos.

O turista também se sente atraído pela cultura "popular" e pelas manifestações tradicionais e folclóricas, expressas em diversas formas, como nas lendas, histórias e "causos" locais e nos produtos artesanais. O turismo cultural está relacionado com a motivação do turista em se "desligar" de seu mundo e adentrar um mundo diferente daquele em que vive.

A expressão *turismo étnico* também pode se aplicar à proposta de visitas às comunidades quilombolas, já que os órgãos citados neste trabalho propõem a seguinte conceituação a esse tipo de turismo:

(...) constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos. O turista busca (...) estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. (...) Esse tipo de turismo envolve as comunidades

⁵¹ MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo Cultural. Orientações básicas*. Publicação Interna, Brasília, 2006, p.10. Grifo nosso.

representativas (...), as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres.⁵²

Quando se trata de discutir a possibilidade de melhoria das classes subalternas com o desenvolvimento do turismo, Brombay considera que “(...) isso pode ser visto desde o artesanato que os turistas procuram até a apresentação de folguedos populares”⁵³.

A atividade turística promove oportunidades para que comunidades vistas como “diferentes”, possam ter acesso à cidadania de maneira mais justa. A autora menciona ainda a importância “(...) dos roteiros locais que representam (...) a expressão artística verdadeira da região visitada”.

Ainda segundo Brombay quando o visitante/turista toma contato com a cultura do local visitado e inicia uma relação com o cotidiano, torna-se possível o questionamento sobre sua própria realidade, sentimento conflituoso e “essencial para o progresso humano”⁵⁴.

Durante a pesquisa exploratória, nos chamou à atenção a publicação na Internet, de um “Programa Transdisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Monte Alegre – Cachoeiro de Itapemirim – ES”, cujo projeto denominado “Passos para a Liberdade”, compõe a grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Centro Universitário São Camilo – ES. Segundo consta na rede, esse curso integra as ações de ensino, pesquisa e extensão e envolve os cursos de graduação e pós-graduação daquela Instituição. No relatório final do curso, constatou-se que os turistas visitavam pequenos empreendimentos rurais; percorriam a trilha ecológica; assistiam às apresentações culturais (entre elas o Caxambu⁵⁵) ouviam a história de Monte Alegre e ainda saboreavam a

⁵² *Ibidem*, p.13.

⁵³ BROMBAY, S. *Turismo e Cidadania*. In: FERREIRA, M.N. (org) **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2005, p. 127.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 134.

⁵⁵ Dança de terreiro, de origem africana, integra o conjunto das formas de Samba no Brasil, segundo classificação de Edison Carneiro. (...) é mais freqüente no dia 13 de maio (dia da Abolição e consagrado a São Benedito). (...) Dança-se também nas festas dos santos padroeiros e no mês de junho, junto às fogueiras que, segundo eles, ajudam a esquentar o couro dos tambores. O caxambu é dança que se confunde com o jongo, havendo mesmo alguns dançadores que não fazem distinção entre eles. (...). Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, *Folclore: aspectos do folclore fluminense: dança, música e folguedos*. Disponível:

gastronomia rural da cozinha afro-brasileira. “O projeto envolve 16 pequenos proprietários, 30 produtos locais e gera, mensalmente, renda extra para a comunidade.”⁵⁶

Os pesquisadores desse programa deixam claro que questões relevantes merecem a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para garantir o desenvolvimento e a preservação cultural com a introdução de novas tecnologias nas comunidades, como: introduzir a produção artesanal no mercado globalizado; acesso às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.



A dança do caxambu normalmente é realizada à noite, diante da fogueira
Rede de Comunicação/Foto: Secom

Outro exemplo que une turismo e cultura está nas atividades dos descendentes de escravos da Fazenda de São José da Serra, no Rio de Janeiro, cujo quilombo tem o mesmo nome; eles fazem apresentações de jongo (**ANEXO II**) para os visitantes, como manifestação cultural, atividade que faz parte do calendário oficial da comunidade e originou a gravação de um CD-livro (que além de contar a história da comunidade, traz os “pontos” cantados

<http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=28>. Acesso em 21/08/08.

⁵⁶ CORREA, W.; COSTA, M.A.B.; BALBINO, W. *Programa Transdisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Monte Alegre*. **Revista Brasileira Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.1, n.2, dez. 2007, p. 47.

nas rodas de Jongo). A Associação Cultural Quilombo de Brotas, em São Paulo, também promove suas manifestações, como a “Festa de Batismo dos Tambores” construídos na oficina “Tambores de Brotas”. **(ANEXO III)**.

Essas comunidades aproveitaram a oportunidade de se “apresentar” às demais camadas da sociedade, assumindo o próprio papel de importância em seu território; utilizando manifestações tradicionais de sua cultura, às quais recebem, por parte dos visitantes, uma interpretação de importância e reconhecimento.

Um fator preponderante para que as atividades turísticas de comunidades como as dos quilombolas sejam executadas com êxito (no âmbito da comunidade - exemplo de Ivaporunduva) é o pleno envolvimento da comunidade no planejamento e gestão dessa prática. Algumas comunidades no Brasil, aceitam a participação de entidades externas; não se preocupam em saber o que está por trás dessa colaboração; qual o real interesse. Muitas vezes, numa atitude subalterna, deixam-se levar pelas ações paternalistas dessas instituições, sejam elas públicas ou privadas. A gestão participativa dos moradores amplia as possibilidades para o exercício da cidadania.

(...) esta impossibilidade de atuação consciente das comunidades é o resultado da herança populista na sociedade brasileira, expressada na forma como as camadas populares esperam ações paternalistas dos políticos e, principalmente, no próprio exercício do poder pelas autoridades locais, pontualizada pelo conflito de interesses entre o público e privado e entre os interesses coletivos (a comunidade) e individuais.⁵⁷

⁵⁷ FERREIRA, M.N. Identidade Cultural e Cidadania: o potencial das cidades históricas para o turismo. Relatório apresentado para FAPESP E CNPq em 2002.



Quilombo São José, em Valença - RJ - é uma comunidade de 200 negros da mesma família que preserva o jongo, dança de roda considerada uma das origens do samba, trazida de Angola para a região Sudeste do Brasil-Colônia pelos escravizados.

Foto: Domingos Peixoto
 fonte: *Palmares.gov.br*

Mattos nos traz uma reflexão que deve ser analisada e difundida de dentro para fora, pois são questões que envolvem o planejamento da comercialização dos bens materiais e imateriais que deverão integrar o novo circuito turístico “(...) O Ministério do Turismo deve (...) promover a inserção das comunidades quilombolas pela prestação de serviços, deverá buscar parcerias (...)”.

A autora propõe ações, como: “produção, organização e difusão (...) sobre comunidade quilombola; fortalecimento da identidade; estruturação e qualificação da oferta turística quilombola (...)” Ela também alerta para o fato de que a estratégia de se praticar o turismo como forma de sobrevivência é possível apenas para algumas comunidades: “São muitas (...) as armadilhas que podem estar embutidas nessa proposta. (...) especialmente (...) a perda das referências”.⁵⁸

⁵⁸ Conf.: MATTOS, H. *Turismo em comunidades quilombolas: uma contribuição historiográfica*. In: **Diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão**, Rio de Janeiro Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2006, p. 136-138. Disponível: http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/dialogos_turismo%20.pdf

Em corroboração com a idéia básica deste trabalho – qual seja, considerar viável, ao menos em parte, a execução da atividade turística em comunidades tradicionais como via de acesso à cultura -, a Professora Carmem Lúcia Rodrigues, do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) menciona que “no caso dos quilombolas, suas áreas transformam-se, curiosamente, em atrativo turístico – caso da comunidade do Mandira perto de Cananéia.”⁵⁹

O desenvolvimento de uma atividade de cunho turístico deve atender os quesitos: responsabilidade e comprometimento de seus agentes, em relação à preservação do meio ambiente e controle do número de visitantes. Ações que conscientizem os moradores e visitantes devem ser planejadas e executadas, como o estabelecimento do número de pessoas que podem visitar o local sem que a estrutura ambiental seja afetada e impedindo a deterioração do macro ambiente. Os bens naturais e culturais existentes devem ser conservados e preservados para que possam, também, ser usufruídos no futuro. Portanto, para isso, deve haver o respaldo de instituições governamentais, não governamentais e líderes de comunidades, imbuídos da missão de conscientizar visitantes e moradores da necessidade de manter o meio ambiente sustentável - ou seja, a sustentabilidade deve ser fator de preocupação, uma vez que este envolve, também, os aspectos sociais e culturais.

Ferreira alerta que o turismo predatório pode afetar a identidade cultural das classes subalternas, que ao exporem seu cotidiano, seus costumes, correm o risco de “descaracterização” de sua cultura (em uma tentativa de se adaptar às influências externas, predominando, dessa forma, o domínio das classes hegemônicas) para atender os interesses dos visitantes. A autora menciona ainda, que essa perda de identidade pode acontecer, também, no “ (...) âmbito de produções simbólicas, como a música, as danças e as festas populares”.⁶⁰

⁵⁹ GONÇALO Junior *A cor do sal da terra. Quilombolas buscam proteção legal para garantir propriedade e resgatam tradições com apoio de antropólogos. Pesquisa FAPESP, Humanidades – Sociologia. FAPESP. SP. Nº 141, Nov.2007, p. 83.*

⁶⁰ FERREIRA, M.N. *Identidade cultural e turismo emancipador. Op.Cit. 2005, p.139.*

É notória a necessidade de um planejamento que possibilite, principalmente, a participação dos moradores das comunidades. O ecossistema merece a atenção dos órgãos governamentais e ações sensibilizadoras devem ser transmitidas aos moradores de comunidades que habitam áreas como a de Ivaporunduva, localizada em região que conta com grande parte remanescente de Mata Atlântica. As instituições ambientalistas devem ser ouvidas; a legislação ambiental deve ser respeitada. Esses mecanismos facilitarão a execução de um plano de manejo para a área que será visitada.

Para se visitar a comunidade de Ivaporunduva é necessário fazer um contato prévio com um de seus líderes (há um para cada seguimento/área da comunidade), informar o motivo e outros dados para agendar a visita; o visitante recebe instruções de como chegar até o barco ou à balsa e quem vai recepcioná-lo no quilombo; a preocupação dos responsáveis pelo processo de desenvolvimento do turismo - como a questão da sustentabilidade do meio - está implícita nas visitas programadas, pois as pessoas não andam a esmo pela localidade, sendo designado um monitor para acompanhar os visitantes; as pessoas estranhas entram na comunidade somente com autorização e, na maioria das vezes, os visitantes fazem parte de grupos de estudantes (que pagam pela visita, pela estadia e pela alimentação); o tema “sustentabilidade” é tratado nas palestras ministradas a esses visitantes. Além disso, seus moradores praticam a reciclagem do lixo; são conscientizados do valor da Mata Atlântica; conservam e preservam (com o replantio de mudas e sementes de palmeira juçara, da qual é extraído o palmito), alguns moradores conscientizam os demais sobre os prejuízos para a Mata; preocupam-se com as determinações e as sanções que o IBAMA aplica se ocorrer a extração indiscriminada do palmito; utilizam o sistema de rodízio (manejo) de área para plantação e usam um processo orgânico para a agricultura.

O termo “sustentabilidade” na era da globalização, atrai interesses das mais diferentes esferas, embora nem sempre esse conceito seja tratado de forma consciente, o que a aceção da palavra requer. Muitos órgãos (nacionais e internacionais), que compõem a classe hegemônica se “apropriaram” desse

termo para “divulgar” sua imagem, sua marca, sua cidade, seu país; apresentando-se “preocupados” com a natureza e com os indivíduos.

(...) o conceito de desenvolvimento sustentável, por sua vaguidade, passou a servir a interesses diversos. De nova ética do comportamento humano, passando pela proposição de uma revolução ambiental até ser considerado um mecanismo de ajuste da sociedade capitalista (...), o desenvolvimento sustentável tornou-se um discurso poderoso, promovido por organizações internacionais, empresários e políticos, repercutindo na sociedade civil internacional e na ordem ambiental internacional.⁶¹

O turismo, em Ivaporunduva foi planejado e está formatado num modelo que não comporta interferências no modo de viver de seus moradores; ficou a impressão de que foi estruturado apenas para informar o turista sobre a comunidade (apresentando o artesanato e cumprindo um roteiro de visitas previamente elaborado). Talvez, no início desse processo de exploração do turismo, possa ter ocorrido a proposta de interação visitante/visitado e, por algum motivo, tenham percebido que, daquela forma, poderiam sofrer interferências em sua privacidade, em seus costumes; por isso a impressão de distância dos moradores, em nossa visita (talvez uma forma de defesa). Não quer dizer que foram hostis – pelo contrário, as pessoas envolvidas mais diretamente na visita nos trataram bem, nos convidando a voltar.

⁶¹ RIBEIRO, W.C. *Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global*. Revista Bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Nº 312, 2001. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>

4. ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA NO ENFRENTAMENTO DA MODERNIDADE

Não se pode afirmar que os escravos no Brasil procuravam regiões de difícil acesso simplesmente para se refugiar. As terras eram áreas localizadas no meio da mata; eram férteis; podia-se praticar a caça; havia facilidade em obter água, ou seja; havia um estreito o vínculo entre os escravos fugitivos e a terra, pois da agricultura tiravam o sustento de todos. “(...) os quilombos praticavam uma economia policultora, ao mesmo tempo distributiva e comunitária⁶², capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros (...)”.⁶³ A comunidade visitada conserva essa tradição; o vínculo não se desfez, não se rompeu – ao contrário, pode-se afirmar que se tornou ainda mais forte.

O impacto ambiental, naquela região, é amenizado de várias maneiras, uma delas: a realização de atividades com o objetivo de criar alternativas sustentáveis e geração de renda com a comercialização de mudas – ali produzidas - , fazem parte do Projeto de Repovoamento, Conservação e Uso sustentável da Palmeira Juçara nas Comunidades Quilombolas no Vale do Ribeira, desenvolvido pelo ISA com parceiros locais. Entre as atividades realizadas estão o repovoamento pelo sistema de lançamento de sementes nas florestas; a construção de viveiros de mudas comunitários, e o uso sustentável da espécie para que ela permaneça viva e valorizada em seu ambiente natural.

Em 2007 foram construídos três viveiros de mudas nas comunidades quilombolas de Cangume, André Lopes e Nhunguara, localizadas no entorno e reformados outros dois em Ivaporunduva e Nhunguara. As 15 mil mudas produzidas a partir desse projeto serão destinadas às 14 comunidades

⁶² Atualmente, a noção de “economia comunitária” é entendida como *economia solidária*: “A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo (...), casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (...) com o princípio da socialização destes meios.” Conf. SINGER, Paul. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, Paul; SOUZA, A.R. (org.) *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003, p.13.

⁶³ Cf. MOURA, Clovis. “(...) embora a maioria praticasse a agricultura, em face da grande tradição agrícola dos povos africanos ...” MOURA, Clovis. *Quilombos – Resistência ao escravismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1989. p.33.

quilombolas da região para plantio nos quintais. Associações de 16 comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e do litoral norte do Estado de São Paulo participaram da primeira oficina de despolpa de Juçara, na pousada do Quilombo de Ivaporunduva, no município de Eldorado (SP). Além da oficina, os representantes das comunidades e participantes do evento receberam mudas da palmeira. Participaram desse evento instituições parceiras do projeto como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e a Fundação Florestal.

Mattos considera que para um processo de implantação de atividade turística em uma comunidade quilombola deve haver um diálogo entre os agentes governamentais e representantes das comunidades e que “(...) a atividade turística não pode comprometer a sustentabilidade ambiental, cultural e política do grupo, sob pena de perder os próprios fundamentos (...)”⁶⁴.

Quando há a preocupação com os demais, seja na escala humana, animal ou vegetal, já está ocorrendo de certa forma, a prática da sustentabilidade do meio. O ser humano quando estimulado, seja por suas próprias necessidades ou por mecanismos externos, é capaz de superar expectativas e alcançar índices de desenvolvimento que os tornam independentes, fortalecendo seu potencial. Coriolano sugere que o desenvolvimento humano, quando direcionado:

(...) privilegia o ser humano, possibilitando o desabrochar de suas potencialidades, assegurando-lhe subsistência, trabalho, educação e condições de uma vida digna. Ao contrário da economia do ter, baseia-se na economia do ser, que traduz em um modelo de desenvolvimento centrado no homem, em uma cultura de cooperação e parceria.⁶⁵

Em termos de tecnologia, Ivaporunduva, conta com energia elétrica chegou em 2005, por meio de uma ação do Programa Luz para Todos⁶⁶ que proporcionou a utilização de aparelhos eletrodomésticos e

⁶⁴ MATTOS, H. *op. cit.*, 2006, p. 127.

⁶⁵ CORIOLANO, L.N.M.T., *op. cit.*, 2003, p.26.

⁶⁶ O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Informações sobre*

eletrônicos (como se percebeu nas antenas parabólicas instaladas nas residências, e outros tipos de equipamentos elétrico-eletrônicos); o uso da *internet* pelos mais jovens, permitindo a aquisição de conhecimentos, de troca de informações. São itens que o mercado tecnológico moderno dispõe para quem tem poder aquisitivo diferenciado; são os “bens simbólicos” que dão “poder”, distinção de classes, mesmo numa comunidade, na qual se conserva hábitos não comuns no capitalismo, como: o esquema de mutirão e de trocas (escambo).

A construção da ponte que ligará o continente à comunidade de Ivaporunduva será literalmente “o divisor de águas”; a demanda turística será ainda maior. Para acompanhar esse crescimento, no entanto, a comunidade deverá se adequar, aumentar o potencial e a diversidade de oferta. O que pouco a pouco poderá levar a comunidade à inclusão no mundo “globalizado e capitalista”; talvez, até a assumir o *status* de “hegemônicos”, perante outras comunidades.

Conforme a fala de Milton Santos, no filme *Encontro com Milton Santos*, de Silvio Tandler, o homem deve ser “universal em seu próprio mundo” e a comunicação entre os povos - acelerada pela globalização - faz com que o homem se sinta “liberto” e que o futuro lhe seja possível. Os atores que mudarão o mundo vêm de baixo; é a classe subalterna dominando, fazendo valer seus direitos. A tecnologia, se bem manejada, permitirá isso.

Semeraro⁶⁷ apresenta o pensamento de Gramsci que considera que através do conhecimento, da educação, a classe menos privilegiada (subalterna) pode se libertar do domínio das classes mais favorecidas (hegemônica). As descobertas das ciências e os avanços tecnológicos permitem que as classes populares se apropriem “(...) dos instrumentos fundamentais do conhecimento”, e superem o saber fragmentado e adquiram confiança em “suas capacidades”. Desse processo, pode surgir o intelectual “orgânico” (que irá interagir com o meio em que vive); que poderá contribuir

o programa, In: **Programa Luz para Todos**. Disponível em: http://200.198.213.102/luzparatodos/Asp/o_programa.asp

⁶⁷ Cf. SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ed. Idéias & Letras, 2006.

para transformar a sua realidade e a de seu grupo, se (re)apropriando de sua identidade para combater (politicamente) as estruturas dominantes.

Eagleton em menção a Gramsci refere-se ao intelectual “orgânico” como um “persuasor permanente” que participa ativamente da vida social e ajuda a “trazer a articulação teórica das correntes políticas positivas já contempladas nela”; faz o vínculo entre a filosofia e o povo, enfatizando a primeira mas identificando-se com o segundo. Seu objetivo é construir, baseado na consciência comum, uma unidade “cultural-social” na qual vontades individuais, normalmente diferentes, são fundidas na base de uma concepção comum do mundo. O autor, referindo-se ao intelectual “tradicional”, que se acredita totalmente independente da vida social, descreve que Gramsci os considera “sombras de alguma época histórica anterior” e que um intelectual “tradicional” talvez tenha sido “orgânico”, um dia.⁶⁸

⁶⁸ EAGLETON, T. *op. cit.*, 1997, p. 110-111.

5. O QUILOMBO DE IVAPORUNDUVA

5.1. Origem, desenvolvimento e cultura

Ao pensarmos o tema desta pesquisa, alguns fatores foram preponderantes para realizá-la: a minha origem – afro-descendente; a necessidade de se colocar em prática o conhecimento, a sensibilização, que o curso a que se presta essa pesquisa, nos transmitiu; e o fato de a comunidade estudada estar em evidência na mídia; por ser a primeira, em São Paulo, a receber o certificado de posse da terra.

Ao analisar a condição de “um ser estranho num ambiente diferente do meu”, percebemos o significado desse ato. Basbaum considera que “(...) para penetrar na essência da história como parte do conhecimento geral e total do universo (...), é necessário ir além da simples relação de fatos históricos (...)”⁶⁹. Ao tratar o viajante enquanto “intermediário”, que se desloca para outro território, aceitando a interpretação da diversidade que lhe é apresentada⁷⁰, Ortiz destaca que “Deslocar-se significa tomar conhecimento daqueles que diferem de um ‘nós’”.⁷¹

Assim o fizemos, após vários contatos com um dos líderes da comunidade, o Sr. Benedito Alves da Silva, o “Seu Ditão”, para que nos autorizasse a ida ao quilombo. Foi uma surpresa, saber que poderíamos agendar a visita por e-mail, pois não sabíamos que a comunidade já utilizava a *internet* dessa forma; foi indicado um monitor para nos receber - Olavo Pedroso - morador da comunidade e cadastrado na Associação dos Monitores Ambientais de Eldorado – AMAMEL, assim como outros seis quilombolas, como monitor ambiental e qualificado para recepcionar e acompanhar turistas.

. A partir desse momento, a comunicação passou a ser feita, ora por telefone, ora por e-mail.

⁶⁹ BASBAUM, L.A. *apud* SILVA, F.F. *Identidade cultural, culturas subalternas, patrimônio arquitetônico: a experiência de São Luiz de Paraitinga*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 2006, p. 54.

⁷⁰ ORTIZ, Renato. *Um outro território. Ensaio sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997. p. 32.

⁷¹ *Idem*, p.35

A visita ao Quilombo ocorreu no período de 04 a 06 de julho de 2008. Por telefone, a pessoa que nos receberia, nos orientou como chegar à comunidade (fomos de ônibus e dessa forma o trajeto é muito longo - sete horas e é necessário o embarque em dois ônibus). Os motoristas dos coletivos que fazem o percurso para Eldorado/Iporanga (município vizinho), sabem o ponto exato, no qual as pessoas devem desembarcar para irem à comunidade. Caminhando por um trecho de terra, logo se chega à margem do Rio Ribeira, onde um barco está sempre à espera para atravessar o rio, num trecho de, aproximadamente, 100m. O monitor nos recepcionou nas proximidades da igreja (“praça” para a comunidade).



Ao longe, avista-se a igreja da comunidade – do outro lado da margem do rio.
Foto: a autora

Para situarmos a comunidade de Ivaporunduva, é necessário descrever/perceber a região que a circunda. O Vale do Ribeira está localizado no sul do Estado de São Paulo e norte do Estado do Paraná (abrangendo a bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o complexo lagunar de Iguape/Cananéia-Paranaguá); inclui 31 municípios, nove paranaenses e 22

paulistas; outros 21 dos dois estados se inserem de forma parcial e possui a maior área ainda conservada da Mata Atlântica, apresentando uma grande diversidade de espécies biológicas e ecossistemas. Pelo fato de possuir os melhores e mais extensos remanescentes de Mata Atlântica na região sudeste do Brasil recebeu, em 1999, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o título de Patrimônio Natural da Humanidade. Essa Reserva de Mata Atlântica do Sudeste é constituída por 17 municípios do Vale do rio Ribeira de Iguape, abrigando espécies raras de vegetação.⁷²

O Vale do Ribeira é considerado a região brasileira mais povoada por comunidades quilombolas - além de caiçaras e indígenas. Apesar de contar com esse patrimônio natural, a população do Vale apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento em relação à população dos dois estados que o circunda, estimulando, dessa forma, a migração dos jovens para outras regiões onde é maior a oferta de possibilidades de estudo e emprego.

Em contraposição aos ricos patrimônios ambiental e cultural, o Vale do Ribeira apresenta os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados de São Paulo e Paraná, incluindo os mais altos índices de mortalidade infantil e de analfabetismo. Esse quadro é agravado por sua proximidade de dois importantes centros urbanos e industriais – São Paulo e Curitiba – e ainda por (...) propostas de construção de usinas hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape e as propostas de transposição de bacias a fim de desviar água da região para São Paulo e Curitiba.⁷³

O Quilombo de Ivaporunduva (nome que em Tupi significa “rio de muitas frutas”) destaca-se entre os remanescentes de escravos, com uma população estimada de 300 pessoas; está localizado no Município de Eldorado, distante 290km de São Paulo e 45km de Eldorado. Para se chegar à comunidade é necessário atravessar 100m do rio, de barco ou por balsa, em um ponto um pouco mais à frente, pela estrada, em sentido à Iporanga.

⁷² INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL, *Municípios do Vale do Ribeira recebem diploma de Patrimônio Natural da Humanidade*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=451>. Acesso em 18/07/2008.

⁷³ CÍLIOS DO RIBEIRA, *Riqueza socioambiental com baixo IDH* In: **Conheça o Vale do Ribeira, patrimônio da humanidade**. Disponível: <http://www.ciliosdoribeira.org.br/ovale/conheca>. Acesso em 25/07/2008.



O acesso ao Quilombo é possível atravessando o Rio Iguape, por barco ou balsa.

Foto: A autora

A comunidade possui uma área (cortada por várias nascentes, rios e córregos) de, aproximadamente 3.100 hectares, sendo que 20% é utilizada para o cultivo no sistema de rodízio de capoeira.



Foto: Disponível: <http://www.valedoribeira.ufpr.br/mapapr.htm>

Ivaporunduva fica próximo, também, ao município de Iporanga, tendo rio Ribeira de Iguape como “uma cerca” para a esse município e ao de Eldorado.

A história dessa comunidade é transmitida pelos mais velhos e documentada pelos registros que constam em cartório e na prefeitura do município de Eldorado e a mais conhecida é repassada dessa forma: por volta do ano de 1700, uma antiga proprietária de terras, Dona Maria Joana, tendo adoecido, deixou seus escravos cuidando da terra e viajou para se tratar (alguns dizem que ela foi para Portugal, outros, para Minas Gerais). Essa senhora que já era viúva e não tinha parentes, não voltou e as terras ficaram nas mãos dos escravos, estimulando assim a vinda de outros escravos fugitivos da redondeza.

Muitos escravos trabalhavam naquela região, procurando o ouro de aluvião, (abundante e facilmente encontrado nos rios daquela época), com

a escassez desse tipo de metal, os senhores e seus escravos mineradores voltaram para Minas Gerais (onde o ouro era encontrado em forma de pedra). Aqueles que permaneceram plantavam roças de arroz, feijão, milho, mandioca, banana, cana e outros tipos de agricultura.

Como fortalecimento da união dos remanescentes dos escravos, em 1994 foi fundada a Associação Quilombo de Ivaporunduva; em 1995 teve início o processo de solicitação de reconhecimento; em 1997 a comunidade recebeu o certificado de reconhecimento de terras de quilombo; e, em 2000, o título de posse da terra (porém o registro das terras em cartório ainda não foi possível, pois, segundo Olavo Pedroso, depende da regularização de uma área que está registrada em nome de terceiros).

No centro da Vila está localizada a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída em 1791 pelos escravos, no processo de taipa de pilão. Foi tombada (Processo: 18942/70 Tomb.: Res. de 21/7/72 D.O.: 22/7/72) pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico – CONDEPHAT.



A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos – centro da vila e local de reuniões da comunidade. Foto/ISA, **Bruno Weis**

A escola da comunidade, localizada ao lado esquerdo da igreja, está sendo reformada; será acrescentada uma cozinha com refeitório. Conta com quatro professores que vêm diariamente de Eldorado. Nessa escola, os alunos estudam até a quarta série do ensino fundamental; para continuar seus estudos, se deslocam até outra comunidade próxima, a de André Lopes. Para cursar o ensino médio se dirigem até a cidade de Eldorado. Quem quer cursar o ensino superior tem que procurar a cidade de Registro ou São Paulo. Poucos quilombolas (não foi possível saber o número exato) conseguiram cursar alguma faculdade. Um deles, Paulo Pupo, formou-se em Gestão Ambiental e trabalha na área administrativa da prefeitura de Eldorado. A comunidade conta, também, com uma agente de saúde, moradora do quilombo, que está cursando o nível técnico de enfermagem.

Também à esquerda da igreja encontra-se o cemitério da comunidade, murado por taipa de pilão, conservado pela Prefeitura de Eldorado.

A entrada de visitantes só é possível atravessando o rio Ribeira de Iguape, utilizando o barco ou a balsa que serve à comunidade e ficam disponíveis por vinte e quatro horas. Na praça, ao redor da igreja estão instalados dois telefones públicos (os únicos da comunidade) e o Centro Tecnológico, equipado com microcomputadores. O centro da praça foi estrategicamente arquitetado, desse ponto se avista os veículos que passam na estrada e se dirigem para a balsa; quem chega pelo continente e vem de barco ou quem chega por qualquer um dos lados do rio (ou seja, do ponto central da praça tem-se ampla visão de todos os pontos, pode-se ver as entradas por terra ou pelo rio).

Renato da Silva Queiroz - antropólogo e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – pesquisou em 1977 a região do Vale do Ribeira, especialmente, o Quilombo de Ivaporunduva, na época um bairro rural. Naquele ano, o Professor escreveu um livro (reeditado em 2006), sobre o modo de vida dos moradores da região do Vale do Ribeira.

Logo após a visita ao Quilombo de Ivaporunduva marcamos um encontro com o professor Renato Queiroz. Foi uma conversa muito proveitosa;

comentamos sobre a pesquisa realizada por ele no referido quilombo (e registrada em seu livro); o professor indicou algumas pessoas que estudaram (e defenderam dissertações e teses) sobre o mesmo tema e poderiam contribuir de alguma forma com esta pesquisa. Várias tentativas para falar com essas pessoas foram feitas, porém, não obtive retorno.

Merece destaque a seguinte passagem do livro: “(...) a pesquisa (...) demonstrou não haver vestígios aparentes de traços de cultura africana (...), a não ser o que se convencionou chamar de ‘cultura caipira’”. Segundo o autor, esse fato decorre da possibilidade de os antepassados que vieram de Minas Gerais, terem chegado ao lugar “despojados das tradições africanas (...) o ferrenho catolicismo (...) de que ainda hoje dão mostras, deve ter dissolvido o que poderia ter restado de eventuais costumes africanos (...)”.⁷⁴

O autor relata em seu livro que em 1977, ao procurar no município de Eldorado informações sobre o bairro de Ivaporunduva, a reação das pessoas era de espanto; se referiam àqueles moradores como “gente simples, alguns até com seis dedos em cada mão”.

Segundo o autor, havia no bairro, um número maior de “pretos”, “mas havia também mestiços e brancos”. Acredita-se que a abundância de terras destinadas à agricultura, o isolamento dos moradores e sua maneira de conduzir a família, motivou a resistência ao sistema capitalista que os cercava, naquela época.

Vale destacar também, um fato que chama a atenção: naquela época, a comunidade (considerada apenas um bairro rural, isolado, mantendo-se apenas com o que cultivava), contava então com apenas dois moradores assalariados: um barqueiro, contratado pela prefeitura de Eldorado e outro, encarregado da Sede da Fazenda mais próxima à Ivaporunduva (fato que coincide aos dias de hoje, em que a situação é parecida, pois apenas dois moradores têm trabalho externo ao quilombo; são funcionários da Prefeitura de Eldorado: um barqueiro e um agente administrativo, Paulo Pupo).

⁷⁴ QUEIROZ, R. S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 22.

O autor relata também em seu livro que realizou entre 1977 e 1978 um levantamento⁷⁵ do número de habitantes daquele “bairro”. Ao classificá-los por sexo, estado civil e proporção de moradores/residência, constatou que lá havia 202 moradores, sendo 27 brancos, 108 negros e 66 “mestiços” de pretos, brancos e provavelmente índios, além de um albino. Em nossa visita não foi possível colher dados semelhantes, mas verificamos a existência de uma mulher albina, filha de uma moradora da comunidade.

Entre outras informações interessantes, o autor relata em sua obra⁷⁶ que os jovens saíam da comunidade e iam para os grandes centros urbanos em busca de trabalho, “em ocupações diferentes daquelas a que se dedicavam os mais velhos”, atualmente, poucos jovens saem do quilombo e os que Saem, logo retornam.

O convívio que tivemos com a comunidade não foi suficiente para conhecer seus costumes e suas tradições mais profundamente; o que apreendemos nos foi relatado pelo monitor e pelo o que está divulgado na mídia. Seria necessário conviver um pouco mais para nos integrarmos verdadeiramente com os moradores para não fazermos uma análise superficial, baseada somente em conclusões muito particulares.

Ivaporunduva, ainda que recentemente “despertado” para o sistema globalizado, buscando, de alguma forma, aumentar suas possibilidades de produção, não deixa de demonstrar que tem “(...) uma história interna específica, ritmo próprio; modo peculiar de existir no tempo histórico e no tempo subjetivo”⁷⁷

A princípio nos surpreendeu o fato de não existirem manifestações tradicionais de origem africana, naquela comunidade. Temos a falsa idéia que todo descendente afro-brasileiro deve manter indícios de sua origem; esquecemos que muitos “sofreram” influências européias e, dependendo do território em que vivem, tiveram sua cultura modificada. O professor Queiroz observou bem, quando em 1977, considerou aquele “bairro” como sendo tipicamente “caipira”, possuindo um modo singular de vida.

⁷⁵ *Ibidem* p.34.

⁷⁶ *Ibidem*, p.66.

⁷⁷ BOSI, A. *Cultura brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1987. p.11.

Entretanto, atualmente, a impressão que fica é que houve uma “transformação” cultural ou uma reapropriação de identidade (remanescente de quilombo) africana, num processo de “hibridização”⁷⁸. O seu modo de ser não ficou estanque, mudou (ou tentam mudar) sua realidade de relativa subalternidade, constituindo um processo sistêmico e gradativo de hegemonização; esses dois estágios, no entanto, alternam-se constantemente. Garcia-Canclini assim define: “(...) entendo ‘hibridação’ processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.”⁷⁹

Nem todos entendem e aceitam a “transformação” desse processo, como ressalta Stuart Hall:

(...) as questões da tradição e das formas tradicionais de vida (...) têm sido tão freqüentemente mal interpretados como produto de um impulso meramente conservador (...), o que vem ocorrendo (...) é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo.⁸⁰

5.2. Produtos e ações que fortalecem a cultura e o meio-ambiente

5.2.1. Banana orgânica – o fruto sustentável

Fez parte do roteiro turístico (o mesmo que é executado com outros visitantes) conhecer a grande área de plantação de bananas, local onde se inicia o relato sobre a comunidade (o que continua ao longo do caminho). O roteiro começa pelo “depósito” de bananas e pela plantação. A principal fonte de renda da comunidade é a produção de banana, que, cultivada em processo orgânico - sem a utilização de produtos químicos – agrega valor ao produto, tornando-o um diferencial no mercado.

⁷⁸ Essa “hibridização” pode ser entendida também como “complementação”, conforme afirma o professor Teixeira Coelho: “é inevitável o confronto entre a cultura de massa e a cultura popular – propondo-se entre ambas um relacionamento de subordinação e exclusão”, quando deveriam ser “entendidas em termos de complementação”. COELHO, T. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.20.

⁷⁹ GARCIA-CANCLINI, N. *Culturais híbridas*. São Paulo: EDUSP. 2003, p. 19.

⁸⁰ HALL, S. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.248.

O depósito de bananas é um galpão coberto, onde está instalada uma câmara climatizadora, adquirida com recursos da Petrobrás. Essa câmara auxilia no processo de amadurecimento da banana que é coletada pelos produtores associados e transportada por caminhão da própria comunidade, especificamente para a cidade de Campinas, São Paulo. A banana é comercializada para a Companhia Nacional de Alimentos – CONAB, órgão do governo federal que faz parte do Programa “Fome Zero” e “atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta” e distribuindo para creches, hospitais e instituições de crianças carentes daquela cidade.

A banana orgânica produzida no Quilombo recebeu, em 2001, por meio do Instituto Socioambiental – ISA, o selo de certificação do Instituto Biodinâmico de Botucatu, que a qualifica como produto orgânico, agregando valor em nível nacional e internacional.



Selo de certificação do Instituto Biodinâmico de Botucatu

Ao lado do depósito, foi construído um anexo, com a parceria da UNICAMP, que funcionará como fábrica de doces e balas de banana. O início de seu funcionamento depende de liberação da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão que solicitou algumas adequações na construção (já providenciadas).

Seguindo o roteiro, o monitor nos mostrou uma das áreas do bananal; explicou que as bananeiras convivem bem com as árvores e os demais tipos de vegetação que lhes fazem sombra, deixando a terra úmida e propiciando o desenvolvimento de um inseto parecido com uma “minhoca com pernas”. Este inseto se alimenta das folhas que caem no chão e apodrecem e

ao defecar, produzem um composto que torna a terra fértil; substituí-se assim, de forma simples e barata, os produtos químicos por esse processo orgânico.

Segundo o monitor, a comunidade preocupa-se com a preservação do meio ambiente: além do processo orgânico utilizado na plantação de banana, os moradores utilizam o sistema de “rodízio” de roça na mata (na linguagem moderna quer dizer plano de manejo). Cultivam a terra por aproximadamente cinco anos; migram para outra área onde permanecem pelo mesmo período, enquanto a área desocupada “descansa”, retornando após esse tempo. Esses locais são denominados capuova, conhecidos, em outros locais como capoeira.

A Associação de Ivaporunduva, juntamente com outras associações de quilombos da região, participa de um projeto coordenado pela Fundação Florestal e com o apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FunBio), construíram um galpão e adquiriram aparelhos que secam e trituram ervas medicinais, como pata-de-vaca, carqueja, avenca entre outras. Essa atividade também possibilita a complementação de renda e pode ser uma motivação para os jovens se interessarem mais pela conservação da área e atribuírem importância às ervas.

O plantio de palmeira juçara, que fornece o palmito, também é incentivado com a distribuição e plantação de mudas em meio à mata (além de ações educativas sobre a questão da sustentabilidade dessa espécie).

A conscientização de reciclagem do lixo também é uma ação educativa, embora o monitor tenha mencionado que alguns moradores já a praticavam antes de “chegar” essa informação na comunidade. Enfatiza essa atitude, pois considera que os quilombolas são os verdadeiros ambientalistas - o que não é para menos, pois nessa região encontra-se 90% de mata atlântica conservada, do Brasil, com grande quantidade de animais e plantas medicinais.

Um dos fatos que nos chama a atenção é a atitude que a comunidade adotou em relação à venda da banana; se antes dependia de atravessadores para a comercialização da banana, atualmente: planta, colhe, vende e transporta a banana de modo independente, lucrando até três vezes mais que antigamente. A construção da ponte sobre o rio Ribeira, a facilidade

para o escoamento da banana e de outros produtos será um fator importante para aumentar e viabilizar os negócios.

Apreende-se também, no contexto da terra enquanto “bem”: que a comunidade trata a terra com carinho, valoriza o seu produto mais importante (a banana) e o resultado (maior lucro) é dividido entre os associados. Essa independência foi possível a partir da capacidade - que os quilombolas de Ivaporunduva têm - de se organizar e gerir o próprio negócio. Além disso, a comunidade também apoia outras comunidades da região.

Outro fator muito importante é a questão da conscientização que os quilombolas têm da necessidade de preservação do meio (haja vista a coleta seletiva de lixo); nessa visita vimos algumas crianças “caçando” os insetos (que contribuem para o processo de produção orgânica de terra), para levar às roças de seus familiares.

Os quilombolas ensinam aos mais novos o que lhes foi ensinado pelos mais velhos. Esta também é uma das estratégias de resistência que demonstra a permanência de referências e símbolos - nunca destruídos ou esquecidos totalmente (podem até ter adquirido novas configurações, novos valores, os quais estão implícitos na preservação do passado que se renova no presente e possibilita expectativas de ações futuras). Os movimentos de inovação/transformação podem causar expectativas na comunidade; resgatar o que já existia e adaptar para que os mais jovens se apropriem da história, como um bem coletivo, que não deve ser individualizado.

(...) a projeção do futuro, ao acontecer no presente perpassado pelo passado, realiza-se num novo presente, que, por sua vez, será novamente determinado pelo vigor de ter sido e, nessa tensão, abrirá uma nova projeção de possibilidades futuras, e assim sucessivamente (...).⁸¹

5.2.2. O turismo e a utilização de recursos

Fizemos uma caminhada por uma trilha no meio da mata, passando por três trechos de rio, onde os escravos garimpavam o ouro. O

⁸¹ ABIB, R.J. *Roda de capoeira Angola e a força do canto dos poetas: uma abordagem sobre a noção da circularidade do tempo*. **Revista Sociedade e Cultura**. V.5. Nº 1. Jan/jun. 2202, p.84.

percurso tem duração aproximada de uma hora, numa passagem estreita. Em certo trecho, mais para dentro da mata, próximo a um riacho, encontram-se várias construções retangulares, no formato de semicírculo, com pedras empilhadas, de mais ou menos dois metros de comprimento e um de altura, escondidas entre as árvores e a vegetação rasteira. Este local nos impressionou muito, pelo que imaginamos ter representado para nossos ancestrais. O monitor informou que a comunidade acredita que seja um cemitério de escravos no meio da mata. Os escravos que morriam próximos ao rio eram enterrados na mesma área, pois o caminho para a Vila era árduo, não valia a pena levá-los para serem enterrados na Vila. O local é considerado sagrado para a comunidade, que não faz modificações ali, somente os deixa visíveis, tirando o mato rasteiro. Esta espécie de “clareira” serve de ponto final da trilha; ali os visitantes encerram uma parte da caminhada e fazem uma pausa. O monitor aproveita o intervalo para relatar a história de seu povo; segundo seu depoimento, os estudantes não conhecem a verdadeira história dos negros, quem são os “verdadeiros heróis” que a escola não mostra e considera essa parada, um momento oportuno para contar a história. Na fala do monitor, o ouro do Brasil que foi para Portugal era tirado do rio e carregado pelos escravos que se afundavam no barro, em plena mata e quem não agüentava ficava por ali mesmo, até a morte, seus companheiros os enterravam e os protegiam com as pedras. É essa história que a comunidade quer “passar” para os visitantes (estudantes de escolas particulares e universitários).



A trilha ecológica – parte do roteiro turístico da comunidade.

Foto: A autora

Em fevereiro do ano em curso, o IBAMA interditou por falta de plano de manejo os três parques estaduais da região: Jacupiranga, Petar e Intervalos, gerando muitas manifestações de repúdio por parte dos prefeitos dos municípios do entorno dos parques. Esse fato interferiu nas atividades turísticas do Quilombo. Olavo Pedroso relata o cancelamento de visitas de estudantes pelo fato de não constar no roteiro a visita às cavernas. Informa que no último final de semana (anterior a essa visita) essa proibição foi suspensa. Explica que depois da agropecuária, o turismo é a principal atividade econômica da região e que essa atitude prejudicou muita gente que depende dessa fonte de renda. Considera que o problema com o manejo não é tão grave, pois existe planejamento, uma vez que há controle de visitas nas cavernas, com monitores qualificados.

Sobre a questão da construção de hidrelétricas em Tijuco Alto (para geração de energia para uma indústria de alumínio) não foi possível obter maiores detalhes nessa visita. Entretanto, a problemática existe e pelo que a mídia informa, é uma luta de “queda de braços”, o elefante e a formiguinha; há

mais de vinte anos persiste a resistência das comunidades com lideranças políticas dos governos estaduais e federais.

Não foi possível visitar qualquer um dos parques ou cavernas da região, mas podemos deduzir, no entanto, pelo noticiado na mídia, que as cavernas interditadas realmente necessitam de plano de manejo (tendo sido reabertas somente em função da pressão que comerciantes e todos que trabalham na área turística daquela região impetraram junto ao órgão competente, relacionando o desemprego, a falta de ocupação da maioria dos moradores do entorno ao não funcionamento dos parques).

Ivaporunduva não está tão isolada como em princípio se pensa. A comunidade conta com pontos de rede *internet*; ao lado direito da igreja, está localizado o prédio no qual estão instalados os microcomputadores com acesso à internet via satélite, implantados pelo Programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal, que faz parte dos serviços de *“inclusão digital às comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores”*⁸². Essa ferramenta tecnológica permite à comunidade buscar informações; se comunicar com outras comunidades; agendar consultas médicas e consultar dados do INSS, além de anunciar os produtos da comunidade, como a banana e o artesanato.

O monitor explicou que há uma pessoa responsável pelo treinamento das crianças e pelo prédio; salientou que os moradores têm consciência que o bem é de todos e para todos, não há qualquer ato de depredação do prédio ou dos equipamentos.

Ao mencionar a atração que os mais jovens têm pelo mundo da informática, aproveitamos para indagar sobre o conteúdo das aulas na escola da comunidade; se havia algum direcionamento à origem africana, remanescente de quilombos; ao que nos respondeu que as crianças aprendem o que está nos livros “dos brancos”, uma vez que “o mundo” considera somente essa cultura, o que já está escrito (a escola do quilombo é pública, talvez por isso o ensino seja padronizado. Queira ou não, há setores que ainda dependem da “cultura externa” e conforme Williams:

⁸² IDBRASIL, *O que é o Programa GESAC?*, Brasília, Governo Federal. Disponível em: http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/docs_prog_gesac/institucional/oqueegesac.html

(...) há relações sociais predominantes em vigor. Pode-se perceber isso no arranjo de um dado currículo, nas modalidades dos que devem ser instruídos e de que maneira, e nas definições da autoridade educacional (...). É razoável (...) falar do processo educacional geral como forma precisa de reprodução cultural (...), a qual é garantida pelo direito de propriedade e por outras relações econômicas, instituições estatais e outras forças políticas, e formas religiosas e familiares. Ignorar esses vínculos é subordinar-se à autoridade arbitrária de um sistema que se proclama “autônomo”.⁸³

Novamente, percebemos que no quilombo há pessoas bem informadas sobre o que acontece fora de seu território. A questão da comunicação via *internet*, é um recurso moderno, e muitos já o dominam. Nota-se que a necessidade e a facilidade de se “dialogar” com o mundo interfere em seu cotidiano; é a cultura “transformada” e conforme Santos:

Graças aos progressos fulminantes da informação, o mundo fica mais perto de cada um, não importa onde esteja. O outro, isto é, o resto da humanidade, parece estar próximo. (...) o próprio mundo se instala nos lugares (...) pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência (...), o caldo de cultura necessário à proposição e ao exercício de uma nova política.⁸⁴

Sobre a vida dos mais jovens, naquela comunidade, Olavo avalia ser necessário fixar o jovem no campo, cuidando da agricultura; menciona a saída no final de junho deste ano de, aproximadamente, dez jovens contratados por dois anos, por uma empreiteira, possivelmente para trabalhar no litoral de São Paulo, nas obras do Rodoanel. Questionado sobre a volta desses jovens, ele assegurou que voltariam, ainda que demorasse, “mas voltam”.

Embora não haja informação precisa sobre a manutenção das atuais “parcerias” com o quilombo, recorremos a Santos⁸⁵ que destaca as

⁸³ WILLIAMS, R. *Cultura*. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2008, p.184.

⁸⁴ Cf. SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000. p.172.

⁸⁵ SANTOS, K.M.P. *A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)*. Piracicaba: Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 2005, p. 69.

várias instituições governamentais e não governamentais, às quais na época de seu trabalho, atuavam junto às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP – ESALQ; a Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo; o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; a Mitra Diocesana de Registro; a Comissão da Pastoral da Terra; o Fraterno Auxílio Cristão; o Instituto Socioambiental; a SOS Mata Atlântica; o Vitae Civilis, o SEBRAE, na interação com os moradores, conscientizando-os quanto às questões ambientais e sócio-econômicas.

Indagado sobre quem são os atuais colaboradores do quilombo, o monitor mencionou que o ISA - instituição não governamental - continua orientando e colaborando com os moradores. Vimos que o Governo do Estado atua na reforma da escola e já está na mídia a informação referente ao início da construção da ponte sobre o Rio Ribeira de Iguape, pelo Governo Federal.

Talvez pelo fato de Ivaporunduva chamar a atenção, na mídia, vários “parceiros” fazem questão de participar de alguma ação. Há instituições sérias de pesquisa, que dão o retorno à comunidade, que ajudam com seus resultados - como foi o caso da ESALQ/USP, que em 1997 introduziu as técnicas de aproveitamento da palha de bananeira para a confecção de peças de artesanato. A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP também esteve presente na comunidade, apoiando financeiramente e tecnicamente com a construção da fábrica de beneficiamento da banana (que já está pronta, embora ainda não esteja funcionando).

Em junho deste ano, o Secretário Especial da Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial - SEPPIR, Edson Santos, acompanhado de representantes de órgãos governamentais, como da Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo, do ITESP, do INCRA, do Exército e da sociedade civil, como da MOAB, EAACONE e do ISA, visitou algumas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira⁸⁶. Em Ivaporunduva anunciou que a construção, pelo Exército, da ponte sobre o Rio Ribeira do Iguape, será executada em oito meses. Nesse encontro, um dos líderes da

⁸⁶ PASINATO, R. Secretário Especial da Igualdade Racial visita comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. Notícias Socioambientais. Disponível: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2702>. Acesso em 10/07/2008.

comunidade, José Rodrigues, pediu o apoio das comunidades contra a construção da Barragem de Tijuco Alto: “as comunidades são contra o empreendimento e este tipo de desenvolvimento elas não querem”. O Secretário da SEPPIR declarou que o Presidente Lula priorizou a construção da ponte; agradeceu o esforço do ITESP e da Secretaria de Meio Ambiente para a concessão da licença ambiental e disse ainda que poderá solicitar uma audiência com o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, para tratar sobre a barragem. Informou também, que a aprovação do projeto para o funcionamento da fábrica de processamento da banana é uma “questão de tempo”.

O resultado da articulação política praticada pelos líderes de Ivaporunduva junto aos órgãos fica evidente quando ações como esta, do Governo Federal, se consolida. Em contrapartida, precisa-se avaliar o que o governo “espera” dos moradores daquela comunidade: a simpatia a candidatos indicados pelo governo? De qualquer forma, haverá uma interferência na relação com o Rio; a balsa que atualmente é acionada manualmente e o barco que espera as pessoas à margem do rio não terão mais utilidade? O plano de manejo relacionado às visitas deverá ser revisto, pois o acesso à comunidade será mais fácil, o que poderá atrair mais turistas; o acesso ao sistema capitalista de consumo, também, será mais fácil e mais intenso.

5.2.3. Hospedagem

Em Ivaporunduva, os visitantes ficam hospedados na Pousada que tem o mesmo nome do Quilombo; construída pelo ITESP, com verba do governo estadual. Olavo Pedroso narra como conseguiram recursos para a construção da pousada: na época da liberação, o governador de São Paulo era Mário Covas que concedeu a verba para os quilombos da área, principalmente para pavimentar e recuperar estradas por onde é transportada a produção de bananas, porém, quando iam receber a verba, Geraldo Alckimin, que havia assumido o Governo do Estado de São Paulo, visando angariar os votos das comunidades, “indicou” que recuperar estradas não dá votos; a verba deveria ser utilizada para construções. Como a comunidade já “pensava” o turismo como uma atividade permanente, utilizou-se a parte que lhe coube para construir uma quadra de esportes e o prédio da Pousada, a qual foi equipada,

mais tarde, com subsídio da Petrobrás. São dez quartos com três beliches em cada um deles. A cozinha está equipada com aparelhos eletrodomésticos novos e de padrão nacional para hotelaria de seu porte; um amplo refeitório e um salão que pode ser usado para várias atividades em grupos.

Além de estudantes, a comunidade recebe, também, pesquisadores que procuram os diversos recursos da natureza para seus estudos; durante nossa estadia, encontramos uma equipe de seis pesquisadores da Fundação Florestal – órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, juntamente com a Universidade de São Paulo, hospedados na Pousada (uns estavam coletando dados, para uma pesquisa sobre o manejo do solo das roças de um quilombo próximo e outros, colhendo vegetação local para pesquisa).

Olavo Pedroso informa que desde o início das atividades turísticas com monitoria, por volta de 2003/2004, a comunidade já recebeu cerca de 40 colégios particulares, anualmente, e cada colégio com, aproximadamente 30 a 60 alunos.



Recepção da Pousada - Todos os móveis de madeira da Pousada foram confeccionados com madeira da localidade, pelo artista plástico "Rai", que veio para a comunidade para essa finalidade, mas resolveu ficar e mora até hoje.

Foto: a autora

Percebe-se a preocupação dos quilombolas em recepcionar bem os turistas; as pessoas da comunidade envolvidas nesse “setor” (a cozinheira, por exemplo) demonstraram que estão bem preparadas para esse relacionamento; colocando o visitante em condições de satisfação. O fato de a pousada ter sido construída distante do centro da comunidade (a praça, a igreja), talvez tenha sido uma estratégia para “separar” e manter o visitante “afastado” do cotidiano da comunidade. Apesar de o monitor ter nos informado que o motivo foi o de “não incomodar” o visitante, pois alguns moradores costumam permanecer na praça e nos arredores até muito tarde, à noite.

A comunidade demonstra ocupar (com o sistema de associação e laços de solidariedade) uma posição que os coloca (Conforme nossa observação) com “certa” independência em relação ao sistema capitalista; mas “se apropria” dos mesmos modelos do sistema no “setor” de turismo (claro, que com alguns diferenciais, intrínsecos à própria comunidade). Os visitantes, normalmente em grupo, combinam “um pacote” que inclui hospedagem, alimentação, passeios e palestra. Na ocasião de nossa visita, o valor da diária do monitor era R\$ 30,00 e a estadia com alimentação, R\$45,00. De acordo com o monitor, à associação é repassada uma porcentagem do valor da diária do monitor e o que se paga pela estadia; reserva-se uma porcentagem para as mulheres que cozinham e limpam a pousada e o restante é destinado à associação da comunidade.

5.2.4. Artesanato, identidade e simbologia

Além da produção de banana orgânica, o Quilombo mantém como complementação de renda, o artesanato que é confeccionado com a palha do tronco da bananeira, anteriormente descartada como lixo.

Os antigos moradores já confeccionavam utensílios para o uso cotidiano, utilizando cipós, madeira e taquara. Nos anos noventa, com o auxílio de pesquisadores da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ da Universidade de São Paulo que atuavam na região e com o financiamento do Governo de São Paulo, iniciou-se a técnica de utilização da palha da bananeira com novas técnicas, reformulando os modelos antigos, aumentando,

dessa forma, as facilidades para a sua comercialização agregando valor aos produtos. A mesma técnica foi ensinada em outros quilombos da região.

Essa atividade contribui para a complementação de renda dos moradores, resgatando e valorizando a tradição do local (faz também com que os mais jovens sejam atraídos para essa modalidade).

Segundo Santos⁸⁷, em 2003, o Instituto Socioambiental, entidade não governamental tornou-se parceiro da Associação do Quilombo e da ESALQ e com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, buscou-se soluções para combater os problemas com os fungos e insetos que danificavam a palha, reduzindo dessa forma o ciclo de vida da matéria prima.

Santos apresenta uma explicação para as necessidades de redefinição da matéria-prima, num mundo globalizado e exigente:

(...) Nos últimos cinquenta anos criaram-se mais coisas do que nos cinquenta mil precedentes. Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização (...), é exigente de uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa, natural ou artificial, seja redefinida (...). Essa totalidade-mundo se manifesta pela unidade das técnicas e das ações.⁸⁸

As peças de artesanato são expostas e comercializadas na Casa do Artesanato para os grupos que visitam o Quilombo e em feiras e eventos como *Revelando São Paulo*.

Em 2002, com o apoio de artistas gráficos da empresa *ArtUrb*, a comunidade organizou uma oficina e desenvolveu sua própria marca. Para as peças de artesanato também foi desenvolvida uma logomarca que traz o desenho de várias mãos e com etiquetas que trazem a expressão: “feito à mão”.

Em 2006, com o apoio de várias entidades governamentais e não governamentais, a Associação do Quilombo de Ivaporunduva lançou, no Museu Afro Brasil, em São Paulo, o livro "Artesanato do Quilombo de

⁸⁷ SANTOS, K.M.P., *op. cit.*, 2005, p. 66.

⁸⁸ SANTOS, M. *op. cit.* 2000. p.171.

Ivaporunduva”, no qual é apresentada a história do artesanato produzido com a palha da bananeira e toda a trajetória dessa atividade.

Essa prática não interfere no ecossistema da região; é considerada uma prática de “tecnologia limpa” (uma vez que não polui o meio ambiente); incentiva a produção da banana e conscientiza a comunidade para não extrair o palmito de forma ilegal e sem manejo.

Referindo-se ao artesanato produzido no Quilombo, Santos considera que: “Para os jovens, a atividade é uma possibilidade de se obter recurso financeiro dentro da própria comunidade, não precisando buscar trabalho fora, não estimulando o êxodo rural.”⁸⁹

No período de nossa visita ao Quilombo, os artesãos estavam confeccionando as peças em suas casas, para exposição e venda no evento “Revelando São José dos Campos”, edição 2008.



Artesãs quilombolas: a venda dos artesanatos permitiu às mulheres aumentar a renda familiar
Legenda/Foto: ISA, **Bruno Weis**

A Coordenadora de Artesanato do SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Marta Maria Mendes, enfatiza a importância

⁸⁹ SANTOS, K.M.P. *op. cit.*, 2005, p. 68.

do artesanato e o relaciona à atividade de turismo étnico-cultural, considera que as comunidades precisam transformar essa manifestação cultural importante em negócio e pontua: “O artesanato (...) comercializado dentro da comunidade, para turistas que viveram a experiência ali, tem um alto valor. Fora da comunidade, o produto tem o valor que o mercado quer”.⁹⁰

Sobre as manifestações culturais de origem africana, Olavo Pedroso relata que não há na comunidade nenhuma atividade cultural de origem africana, e, sim, de cunho religioso católico; como as dos santos juninos, a de São Sebastião e da “padroeira” – Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A comunidade não tem um local específico para diversão e lazer; existem quatro bares que vendem refrigerantes, bebidas alcoólicas, doces, petiscos, etc.

O entretenimento coletivo fica por conta das festas religiosas, quando são montadas barracas típicas com a participação de “cantadores” de música caipira, numa espécie de “roda de viola”.

Durante um intervalo, entre o almoço e a visita ao cemitério da comunidade, foi possível apreciar do banco da praça, o movimento de alguns moradores e crianças que circulavam ao redor. Nesse momento, um morador da comunidade iniciou uma conversa, querendo saber o teor desta pesquisa; qual o objetivo e se dispôs a colaborar, forneceu nomes de alguns autores que trataram o assunto e que visitaram a comunidade, inclusive do professor Renato Queiroz (citado nesse trabalho).

Mencionou sua preocupação em relação às conseqüências do “impacto social” que o turismo poderá trazer à comunidade; a necessidade de conscientização dos moradores quanto às precauções desse “Impacto” e como recepcionar os turistas; à falta de atividades culturais e de lazer, principalmente para os jovens e crianças, quando somente o futebol se destaca como atividade coletiva para ambos os sexos.

⁹⁰ CAMARGO, B. *Para quilombolas, desenvolvimento depende de acesso à terra*. Disponível em: www.reporterbrasil.org.br. Acesso em 14/12/07.



Essa é a entrada do Quilombo, em frente à Igreja. O logotipo que se vê em várias partes da comunidade, foi elaborado por artistas gráficos, com a participação dos moradores, uma espécie de flor simbolizando: a cor verde – o meio ambiente; o vermelho, significa o sangue derramado dos escravos e os cinco pontos pretos significa a relação, o vínculo, a união dos negros a tudo isso. Foto: A autora

Essa conversa deixou-nos a impressão que alguns moradores talvez tenham receio em “abrir” as portas aos turistas; pode ser que a preocupação (dos mais velhos) supere a vontade (dos mais jovens) em desenvolver as atividades de turismo no quilombo, mesmo porque a proposta de alguns visitantes é desenvolver algum tipo de estudo; buscar conhecimentos; pesquisar a fauna, flora, solo e outras áreas do saber.

No quilombo nos informaram que será implantado um “programa” para cadastro dos visitantes, mencionando as atividades que realizarão. Explicaram que já receberam muitas pessoas que coletam dados, tiram fotos, vão embora e não dão retorno do que foi pesquisado. Já no primeiro contato, fomos questionadas quanto ao objetivo da visita; sobre o conteúdo da pesquisa; pediram que enviássemos por e-mail o projeto de pesquisa que orientou a elaboração deste trabalho. Essa atitude demonstra que a comunidade está se precavendo contra o uso indevido de alguma informação ou se “defendendo” em seu território; mostrando que naquele local, as ações não serão aleatórias. Não sabemos se essa medida será acatada, vivemos a era da globalização, da informação ultra-veloz, talvez nem seja necessário

visitar “fisicamente” a comunidade, o mundo virtual é ágil. Muito do que já foi “produzido” sobre Ivaporunduva está na mídia, porém, as ações para controlar, administrar as visitas são, no mínimo, atitudes de bom senso, uma vez que um plano de manejo deve sempre existir se o turismo se consolidar, naquela comunidade.

Quanto ao artesanato, uma cultura que resistiu, transformou-se, adaptando-se a outros recursos naturais (a banana); necessitou de subsídio técnico, mas o importante é que, atualmente, a confecção e comercialização estão sob responsabilidade da Associação do Quilombo.

O artesanato também é uma prática que os mais velhos repassaram aos mais jovens que experimentam novos métodos; adquirem novas qualificações para administrar os negócios; criam novos modelos, inspirados, talvez, nas exposições que a mídia re/transmite. Fica o alerta sobre o cuidado que se deve ter ao experimentar o “novo” :

É inegável que a modernização traz elementos positivos, como a preservação e a revitalização do artesanato. Entretanto, será necessário: avaliar mais profundamente alguns desses elementos modernizadores. (...) a introdução de materiais novos, como a tinta acrílica, o fio sintético e outros, tem levado a transformações ainda não mensuráveis (...).⁹¹

⁹¹ FERREIRA FERREIRA, M.N. *A produção cultural das classes subalternas*. In: FERREIRA, M.N. (org) **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2005, p. 42.

Considerações finais

Pesquisar a história da formação dos quilombos foi um aprendizado gratificante; tomar contato com obras de grandes filósofos, antropólogos, sociólogos e outros especialistas, permitiu-nos tomar “ciência” da enorme pluralidade da cultura; aprofundar nossos conhecimentos sobre o que há de mais importante nessa diversidade: o ser humano, suas histórias, suas idéias, seus feitos (atualmente rapidamente transmitidos pelas “ondas” da globalização). A simples tentativa de domínio de uns sobre outros - seja no aspecto econômico ou pela imposição de idéias (às vezes, o indivíduo nem tem noção de que esse domínio aconteça), nos faz reconhecer a realidade de nossa sociedade, nada democrática.

Apoderamo-nos do conceito *filosofia da práxis* e fizemos nossa reflexão para a presente pesquisa: quando o objeto a ser estudado está próximo - ainda que haja dificuldades de *estranhamento da realidade* enquanto cotidiano - a tarefa do investigador (que não precisa de grandes deslocamentos geográficos, embora precise sim de mudanças de percepção) pode ser mais fácil; quando o motivo da pesquisa é conhecer, mesmo que superficialmente, outro ser humano, que imaginamos “diferente” da maioria, essa proximidade é fundamental e deve ser livre de preconceitos; o termo “convivência” define bem o *modus operandi* mais indicado.

Conhecer a comunidade de remanescentes de quilombo de Ivaporunduva proporcionou uma experiência ímpar. A proposta inicial foi buscar naquela comunidade subsídios para mostrar que é viável “abrir as portas” para turistas ávidos em conhecer costumes diferentes; querendo ver de perto a cultura, principalmente neste caso, a de origem africana.

Concordamos com o Professor Renato Queiroz ao considerar que os moradores de Ivaporunduva podem ser classificados como os “de cultura caipira” herdada de seus antepassados que ali chegaram escravizados, porém influenciados pelas culturas européia e/ou indígena.

Em Ivaporunduva nos deparamos com uma comunidade organizada, com funções distribuídas entre os moradores; por intermédio de sua associação empreende atividades turísticas (como o turismo ecológico); negociam seu produto principal (a banana orgânica); respeitam e preservam o meio-ambiente. Seus líderes exercem atividades em movimentos sociais locais, como os “ameaçados por barragem”. O turista que para lá se dirige encontra hospitalidade e uma natureza exuberante e estará com certeza, fora de seu *habitat* comum, porém, ainda que não encontre manifestações, rituais de origem africana ou afro-brasileira, descobrirá que há outros valores, outros aspectos a serem descobertos, observados, apreciados, como a história contada; a agricultura; a Mata e seu ecossistema, que por si só, já são uma atração.

Essa é sua identidade, Ivaporunduva! Não há necessidade de “buscar” ou “resgatar” uma identidade, quer africana ou outra qualquer. Hoje, é essa a identidade de uma comunidade que apesar de isolada, não se sente excluída; aqueles que saíram em busca de ganhos maiores, voltaram e permanecem em sua “Vila”, e de suas terras extraem seu sustento, ensinam seus filhos e ainda mostram “para os de fora” como são privilegiados em meio a tanta natureza.

Supõe-se que os objetivos propostos nesta pesquisa foram parcialmente atingidos: pôde-se verificar que a comunidade quilombola de Ivaporunduva tem, sim, sua cultura: uma cultura própria que, porém, não é exatamente a mesma cultura “negra” que vários outros quilombos nos apresentam (ainda que conservem o sistema de mutirão para construção e roças, mantenham a economia comunitária/solidária e desenvolvam o trabalho artesanal).

Aproveitamos para aqui destacar nosso respeito “aos mais velhos” dos muitos quilombos por aí afora, mestres/poetas, que “contam e cantam” as histórias; ensinam as práticas (como o mutirão nas roças) e ocupam uma posição muito importante na comunidade em que vivem: transmitem o saber (no caso dos quilombolas), pela oralidade. O coletivo depende de sua memória que ficou “guardada”, mas não “congelada”; histórias, “causos” que voltam e são repassados, como um tesouro que comportou e

contemplou lutas, vitórias, derrotas; alegria, sofrimento; orgulho, humilhação; verdade, omissão.⁹²

Não foi possível, talvez pelo tempo exíguo em que convivemos com os moradores, verificar como enfrentam os conflitos que o capitalismo tenta instalar nas novas gerações. Quanto à influência da mídia nos costumes dos quilombolas, constatou-se que essa influência está presente no modo de vestir e falar dos mais jovens. Finalmente, como reagem ao poder das empresas que insistem em instalar hidrelétricas no rio Ribeira de Iguape: aqueles quilombolas e os demais da região participam de movimentos, como o MOAB, articulam-se politicamente com representantes de governos, nas esferas municipais, estaduais e federais; comunicam-se com a sociedade civil, solicitando adesão à sua luta, enfatizando a necessidade de preservação do meio ambiente.

Transformaram sua realidade: se antes havia a condição de subalternidade, essa se fundiu à maneira de viver e reagir dos quilombolas e passou para o *status* de elemento dominante, não se subjugando às idéias dos “mais favorecidos” social e culturalmente. Houve e, talvez ainda haja, necessidade da manutenção das relações com órgãos governamentais e não governamentais; porém, essas relações atendem aos interesses da comunidade; “não” geram a dependência total, não está arraigada em suas vidas; aprenderam a ser auto-suficientes. Inverteram a posição; se em tempos passados, eram os negros “diferentes”, portadores de anomalias; hoje, depois do aprendizado sobre como aproveitar o que era descartado como lixo, apresentam seu artesanato – “ecologicamente correto”; seus conhecimentos na agricultura; seus valores são outros; seu modo de agir é decidido coletivamente.

Essa situação fica evidente, quando percebemos a reação dos moradores ao receberem os visitantes, são receptivos sem, no entanto, se exporem muito, preservando assim sua privacidade.

⁹² ABIB, R.J. *op. cit.*, 2002, p.88. Por outro lado, o historiador Prins, G, em *História Oral*, 1992, alerta para algumas considerações sobre o uso da história oral, dentro as quais destacamos: a fragilidade inerente à imprecisão e à reconstrução possivelmente não-detalhada, e o questionamento da confiabilidade da fonte. Para ele, essa “desconfiança” seria em parte fruto da formação obtida “em uma cultura dominada pela palavra escrita (...)”, na qual há um rebaixamento da palavra falada, que acaba por ser cauterizada (p. 170).

Os mais jovens nos pareceram mais adeptos ao sistema capitalista, pela maneira como se vestem, pelos adereços da moda que usam; mas de modo geral, pode-se pensar na influência da mídia, uma vez que várias casas da comunidade têm antenas parabólicas em seus quintais. O acesso à *internet* também permite o contato com outro modo de viver, outras culturas, o que também pode ser o meio influenciável. Os mais velhos são mais resistentes à cultura “externa”.

Ivaporunduva é exemplo de luta e vitória para outros quilombos da região e do Brasil; foram os primeiros a reivindicar e conseguir a certificação de posse da terra, talvez, por essa condição faça transparecer sua “hegemonia”, seu poder, quando representa uma parcela da sociedade: os quilombolas.

Os intelectuais “orgânicos” de Gramsci podem não ser muitos, em Ivaporunduva, mas são “atuantes” junto à comunidade, para o bem comum; a percepção de ideologia encontra reforço entre eles mesmos.

O que pudemos apreender dessa experiência nos faz pensar que a proposta inicial é válida: é viável preparar (se necessário) moradores de comunidades como os mencionados neste estudo para desenvolverem a prática do turismo. As comunidades podem (e devem) assumir seu papel de gestores de suas próprias ações; podem aceitar que instituições governamentais e não governamentais participem do processo, desde que fique claro que não haverá imposições nem paternalismo ou interesses individuais. As comunidades devem assumir as responsabilidades de forma coletiva. Assim, os benefícios também serão compartilhados e a solidariedade será fortalecida, seja qual for a modalidade turística que queiram adotar: étnico-cultural, ecológico, rural, gastronômico, enfim, o *leque* está aberto.

Faço aqui uma proposta - representada por uma metáfora ou uma sugestão “subversiva”: vamos usá-lo (o *leque*)? Ou, num “gesto” presunçoso, típico das antigas senhorias (proprietários de escravos), nos aproveitaremos dele para nos “abandar” à sombra?

BIBLIOGRAFIA

ABIB, R.J. *Roda de capoeira Angola e a força do canto dos poetas: uma abordagem sobre a noção da circularidade do tempo*. **Revista Sociedade e Cultura**. V.5. Nº 1. Jan/jun. 2002.

BASBAUM, L.A. *apud* SILVA, F.F. *Identidade cultural, culturas subalternas, patrimônio arquitetônico: a experiência de São Luiz de Paraitinga*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 2006.

BOSI, A. *Cultura brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

BOTTOME, Tom. (Org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BROMBAY, S. *Turismo e Cidadania*. In: FERREIRA, M.N. (org) **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2005.

CAMARGO, B. *Para quilombolas, desenvolvimento depende de acesso à terra*. Disponível em: www.reporterbrasil.org.br. Acesso em 14/12/07.

CÍLIOS DO RIBEIRA, *Riqueza socioambiental com baixo IDH* In: **Conheça o Vale do Ribeira, patrimônio da humanidade**. Disponível: <http://www.ciliosdoribeira.org.br/ovale/conheca>. Acesso em 25/07/2008.

COELHO, T. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 20/04/2008

CORIOLOANO, L.N.M.T.; LIMA, L.C. *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental* (Org.). Fortaleza: EDUECE, 2003.

CORREA, W.; COSTA, M.A.B.; BALBINO, W. *Programa Transdisciplinar para o Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Quilombola de Monte Alegre*. **Revista Brasileira Brasileira de Pesquisa em Turismo**. V.1, n.2, dez. 2007.

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm. Acesso em 20/04/2008.

EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.

FERREIRA, M.N. Identidade Cultural e Cidadania: o potencial das cidades históricas para o turismo. Relatório apresentado para FAPESP E CNPq em 2002.

_____. *Identidade cultural e sua relação com o turismo*. In: FERREIRA, M.N. (org) **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2005.

_____. *A produção cultural das classes subalternas*. In: FERREIRA, M.N. (org) **Identidade cultural e turismo emancipador**. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2005.

FRANÇA, E. *Olhar panorâmico sobre o movimento negro brasileiro*. In: RUY, J. C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M. J. (org.) **Um olhar negro sobre o Brasil. Dezoito anos de UNEGRO**. São Paulo. Ed. Anita Garibaldi, 2007.

FREITAS, D. *Palmares – a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES *Apresentação*. Disponível: <http://www.palmares.gov.br/>

GARCIA-CANCLINI, N. *Culturais híbridas*. São Paulo: EDUSP. 2003.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. São Paulo: Ed. LTC. 1989.

GONÇALO Junior *A cor do sal da terra. Quilombolas buscam proteção legal para garantir propriedade e resgatam tradições com apoio de antropólogos*. **Pesquisa FAPESP**, Humanidades – Sociologia. FAPESP. SP. Nº 141, Nov.2007.

GUIMARÃES, A. S. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Disponível em <http://www.filch.usp.br:80/sociologia/asag>. Acesso em 29/05/2008.

HALL, S. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HEBMÜLLER, P. *Quilombos, a herança contestada*. **Jornal da USP**. Coordenação de Comunicação. Universidade de São Paulo. Ano XXIII, n. 804, 6 a 12 de agosto, 2007.

_____. *O último grande rio livre*. **Jornal da USP**. Coordenação de Comunicação. Universidade de São Paulo. Ano XXIII, n. 805, 13 a 19 de agosto. 2007.

HOBBSAWM, E. (org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IDBRASIL, *O que é o Programa GESAC?*, Brasília, Governo Federal. Disponível:http://www.idbrasil.gov.br/menu_interno/docs_prog_gesac/institucional/oqueegesac.html

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, *Folclore: aspectos do folclore fluminense: dança, música e folguedos*. Disponível: <http://www.inepac.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=28>. Acesso em 21/08/08.

INSTITUTO SÓCIO-AMBIENTAL, *Municípios do Vale do Ribeira recebem diploma de Patrimônio Natural da Humanidade*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=451>. Acesso em 18/07/2008.

ITESP, **Quilombos fazem mostra em São Paulo no Dia da Consciência Negra**. Disponível: <http://www.justica.sp.gov.br/Noticia.asp?Noticia=3404>

LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LEITE, I. B. *Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas*. Disponível em: [www//ceas.iscte.pt/etnografica/docs](http://www.ceas.iscte.pt/etnografica/docs). Acesso em 10/04/08.

MATTOS, H. *Turismo em comunidades quilombolas: uma contribuição historiográfica*. In: **Diálogos do Turismo, uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2006. Disponível:http://institucional.turismo.gov.br/arquivos_open/diretrizes_manuais/dialogos_turismo%20.pdf

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Informações sobre o programa*, In: **Programa Luz para Todos**. Disponível em: http://200.198.213.102/luzparatodos/Asp/o_programa.asp

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo Cultural. Orientações básicas*. Publicação Interna, Brasília, 2006.

MOURA, C. *Rebeliões da senzala Quilombos insurreições guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Atica, 1988.

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, SP, 1989a.

_____. *Quilombos Resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática S.A., São Paulo, 1989b.

MUNANGA, K. *POVO NEGRO. Origem e histórico do quilombo na África*. **Revista USP**. SP (28). Dez./95, jan/96.

_____. *Algumas Considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos*. In: **Revista USP – Racismo I** – dezembro/janeiro/fevereiro de 2005 – 2006.

NASCIMENTO, A. *Quilombismo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1980.

OLIVEIRA, D. *Ambivalências raciais*. In: RUY, J.C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M.J. (org.) **Um olhar negro sobre o Brasil. Dezoito anos de UNEGRO**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

PASINATO, R. Secretário Especial da Igualdade Racial visita comunidades quilombolas no Vale do Ribeira. Notícias Socioambientais. Disponível: <http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2702>. Acesso em 11/07/2008.

PINSKY, J. *Escravidão no Brasil*. Ed. Contexto, 2000.

PIZA, E. *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu...* In: HUNTLEY, LW.; GUIMARÃES, A.S.A. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000, p. 97-125.

Prefeitura Municipal de Apiaí – Assessoria de imprensa. Ibama autoriza a construção da Hidrelétrica Tijuco Alto no Rio Ribeira. <http://www.apiai.sp.gov.br/noticias/noticias.php?id=1354&tipo=1>

PRINS, G, *História Oral* In: BURKE, P (org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

QUEIROZ, R. S. *Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. São Paulo: Edusp, 2006.

REIS, J.J.; GOMES, F. S. (org) *Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras. 1990.

RIBEIRO, W.C. *Desenvolvimento sustentável e segurança ambiental global*. Revista Bibliográfica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. Nº 312, 2001. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-312.htm>. Acesso 15/09/2008

RODRIGUES, A.B. *Turismo local: oportunidades para inserção*. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUY, J.C.. *Há racismo no Brasil? Algumas características do preconceito racial brasileiro*. In: RUY, J.C.; FRANÇA, E.; VIEIRA, M.J. (org.) **Um olhar negro sobre o Brasil. Dezoito anos de UNEGRO**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2007.

SANTOS, J.L. *O que é cultura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

SANTOS, K.M.P. *A atividade artesanal com fibra de bananeira em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (SP)*. Piracicaba: Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record. 2000.

SCHWARCZ, L.M. *Racismo no Brasil*, São Paulo: Publifolha, 2001.

SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ed. Idéias & Letras, 2006.

SILVA, F.F. *Identidade cultural, culturas subalternas, patrimônio arquitetônico: a experiência de São Luiz de Paraitinga*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 2006.

SINGER, P. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (org.) **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.

TELLES, E. *As fundações norte-americanas e o debate racial no Brasil*. In: **Estudos Afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, 24, n.1, 2002, p. 141-165.

UNIVERSIDADE DA CIDADANIA ZUMBI DOS PALMARES, *Missão: educação e liberdade*, Disponível: www.unipalmaresedu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=14&Itemid=29 - 27k